



Anais da Assembléia

Nº 202

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1997.

ANO XXII

Mesa Diretora

LUIZ CARLOS ZUK 1º Vice-Presidente - PDT	ANIBAL KHURY Presidente - PTB	LUIZ CLAUDIO ROMANELLI 3º Vice-Presidente - PMDB
LUIZ CARLOS MARTINS 1º Secretário - PDT	NEIVO BERALDIN 2º Vice-Presidente - PP	ANTONIO ANNIBELLI 3º Secretário - PSDB
IRONDI PUGLIESI 4º Secretária - PPB	NELSON GARCIA 2º Secretário - PFL	ANGELO VANHONI 5º Secretário - PT
	ABIB MIGUEL Diretor Geral	

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppino - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Coláço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 126ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1997**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Proposta de Emenda à Constituição:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Dê-se aos artigos, parágrafos, incisos e alínea da Constituição do Estado, a seguinte redação:

Art. 54 - ...

XVIII - escolher cinco dos sete Conselheiros e Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas do Estado;

XX - ...

a) de Conselheiros e Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas do Estado, indicados pelo Governador;

Art. 77 - ...

§ 1º

- os Conselheiros e Conselheiros Substitutos serão nomeados pelo Governador, dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

§ 2º

I - dois sétimos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembléia Legislativa, sendo um alternadamente dentre Conselheiros Substitutos e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicado em lista triplíce pelo mesmo Tribunal, segundo os critérios de antigüidade e merecimento.

§ 4º

- os Conselheiros Substitutos, em número de sete, quando em substituição aos Conselheiros terão as mesmas garantias e impedimentos dos titulares.

§ 5º

- os Conselheiros Substitutos, serão nomeados pelo Governador, com aprovação prévia da Assembléia Legislativa.

Art. 87 - ...

XV - indicar dois sétimos dos Conselheiros e Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas;

**ATO DAS DISPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**

Art. 53

As 05 (cinco) primeiras vagas de Conselheiros e Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas do Estado, ocorridas a partir da promulgação desta Constituição, serão preenchidas de conformidade com o disposto no Art. 54, XVIII, desta Constituição.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Garcia, Joel Coimbra, Ricardo Chab, Luiz Carlos Martins, Basílio Zanusso, Luiz Carlos Zuk, Milton Puppio, Luiz Claudio Romanelli, Ângelo Vanhoni, Edson Silva Lino, Edgar Bueno, Eduardo Trevisan, Cezar Silvestri, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e César Seleme.

JUSTIFICATIVA:

Primeiramente, é importante destacar que esta proposição não cria cargos e nem aumenta despesas.

Curitiba, quarta, em 19.11.97

ANTEPROJETO DE LEI

Trata-se apenas de adequação da Legislação vigente, de tal modo que este Poder, resgata a prerrogativa da indicação dos Substitutos legais dos Conselheiros.

Mensagens:

MENSAGEM Nº 100/97

Curitiba, 17.11.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 2.776.000,00 (dois milhões, setecentos e setenta e seis mil reais), ao vigente Orçamento de Investimento da EMATER/PR, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, visando dar continuidade aos programas na área da agricultura.

Esclareço também, que os recursos para cobertura da referida programação, são decorrentes do ingresso de recursos próprios da entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

Art. 1º - Fica aberto um crédito especial ao Orçamento de Investimento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 2.776.000,00 (dois milhões, setecentos e setenta e seis mil reais).

Art. 2º - Servirá como fonte de recursos para a abertura do presente crédito especial, igual importância decorrente de convênios não previstos por ocasião da aprovação da Lei nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, firmado entre a EMATER e o Ministério da Agricultura.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica criada a atividade 6580.04181112.856 - Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR e conseqüentemente seu Programa de Trabalho, conforme Anexo I e incorporado no Demonstrativo das Fontes de Financiamentos dos Investimentos os recursos próprios, conforme Anexo II.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

ORGÃO - 65 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO		
DEMONSTRATIVO DAS METAS DOS INVESTIMENTOS		
UNIDADE - 80 EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/PR		
CODIGO	OBJETIVOS E METAS	QUANTIDADE
658.004.181.112.856	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/PR PROMOVER A MELHORIA DA RENDA E ELEVAR OS PADRÕES DE QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS, ORIENTANDO O APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS AGRICULTORES E TRABALHADORES RURAIS NO MANEJO DOS FATORES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E PRÁTICAS AGRÍCOLAS, ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA ASSOCIATIVA E DA ORGANIZAÇÃO ENTRE OS AGRICULTORES PARA ACESSO AOS MEIOS DE PRODUÇÃO, A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO, AO MERCADO E A OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO RURAL; ORIENTAR A RECUPERAÇÃO E O USO ADEQUADO DO SOLO AGRÍCOLA E DOS RECURSOS NATURAIS COMO UM TODO, PARA SUSTENTAÇÃO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA E DO EQUILÍBRIO AMBIENTAL; CONTRIBUIR PARA A ELEVAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, PROPORCIONANDO A OFERTA ADEQUADA DE ALIMENTOS E DE MATÉRIAS-PRIMAS AGROINDUSTRIAIS.	
VALOR EM R\$ 1,00		2.776.000

ANEXO II

ORGÃO - 65 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO		
DEMONSTRATIVO DAS FONTES DE FINANCIAMENTOS DOS INVESTIMENTOS		
UNIDADE - 80 EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/PR		
FONTES	VALOR	R\$1,00
RECURSOS PRÓPRIOS	2.778.000	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (EXCETO TESOURO)	0	
RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	0	
TOTAL	2.778.000	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 102/97

Curitiba, 17.11.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de ajuste no Programa de Obras, constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 433.000,00 (quatrocentos e trinta e três mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional, visando atender às obras do Projeto Qualidade de Ensino Público do Paraná - PQE/BIRD - FUNDEPAR.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as

expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica ajustado o Programa de Obras da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 433.000,00 (quatrocentos e trinta e três mil reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I ACRESCIMO		ANEXO I		FL. 01	
I DAS OBRAS		ANEXO		R\$ 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FONTE	VALOR	PROCESSO	
4300	SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	I	I	I	I
4330	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I	I	I	I
1062	PROJETO QUALIDADE NO ENSINO PUBLICO DO PARANA - PQE/BIRD - FUNDEPAR	I	I	I	I
0037	CONSTRUIR SALAS NO COLEGIO ESTADUAL AMBROSIO BINI (A)	I 16	I 12.000	I 1173	I
0038	CONSTRUIR SALAS NA ESCOLA MUNICIPAL ALTO ALEGRE(A)	I 16	I 19.000	I 1173	I
0043	CONSTRUIR SALAS NA ESCOLA ESTADUAL EM CONJUNTO ANTARES/JARDIM TATIANE (A)	I 16	I 19.000	I 1173	I
0044	CONSTRUIR SALAS NA ESCOLA ESTADUAL SAGRADO CORACAO DE JESUS (A)	I 16	I 20.000	I 1173	I
0047	CONSTRUIR SALAS EM ESCOLA ESTADUAL ESPIRITO SANTO (A)	I 16	I 11.000	I 1173	I
0048	CONSTRUIR SALAS NA ESCOLA ESTADUAL MONTEIRO LOBATO (A)	I 16	I 5.000	I 1173	I
0049	CONSTRUIR SALAS EM ESCOLA MUNICIPAL NO BAIRRO SAO CRISTOVAO (A)	I 16	I 12.000	I 1173	I
0051	CONSTRUIR SALAS DE AULA NA ESCOLA MUNICIPAL NA VILA GREGIA (A)	I 16	I 20.000	I 1173	I
0052	CONSTRUIR SALAS DE AULA NA ESCOLA ESTADUAL OSMAR GUARACY FREIRE (A)	I 16	I 8.000	I 1173	I
		I 35	I 8.000	I 1174	I

I	0055	I CONSTRUIR SALAS DE AULA NA ESCOLA ESTADUAL NO MORUMBI	I	I	I	I	I
I		I I (A)	I	16	I	10.000	I 1173
I	0056	I CONSTRUIR SALAS DE AULA NA ESCOLA ESTADUAL PROXIMA	I	I	I	I	I
I		I AO JARDIM ZEBALOS (A)	I	16	I	21.000	I 1173
I		I	I	35	I	5.000	I 1174
I	0057	I CONSTRUIR SALAS DE AULA NA ESCOLA MUNICIPAL DO BAIRRO	I	I	I	I	I
I		I ALTO DA LAGOA (A)	I	16	I	14.000	I 1173
I	0058	I CONSTRUIR SALAS DE AULA NA ESCOLA MUNICIPAL DA SEDE (A)	I	16	I	14.000	I 1173
I	0059	I CONSTRUIR SALAS DE AULA NA ESCOLA ESTADUAL PADRE	I	I	I	I	I
I		I ARNALDO JANSEN (A)	I	16	I	20.000	I 1173
I	0061	I CONSTRUIR 08 SALAS DE AULA NA ESCOLA ESTADUAL JARDIM	I	I	I	I	I
I		I PANORAMA ENTRE SAO FRANCISCO (A)	I	16	I	20.000	I 1173
I	0063	I CONSTRUIR SALAS DE AULA NA ESCOLA ESTADUAL DA SEDE (A)	I	16	I	21.000	I 1173
I	0091	I ESCOLA ESTADUAL JARDIM DA ORDEM NO MUNICIPIO DE	I	I	I	I	I
I		I CURITIBA (B)	I	16	I	10.000	I 1173
I		I	I	35	I	10.000	I 1174
I	0095	I COLEGIO ESTADUAL D. PEDRO I NO MUNICIPIO DE GUARAPUAVA	I	I	I	I	I
I		I (B)	I	16	I	15.000	I 1173
I		I	I	35	I	15.000	I 1174
I	0097	I ESCOLA ESTADUAL CAPEZAL IV NO MUNICIPIO DE LONDRINA (B)	I	16	I	16.000	I 1173
I		I	I	35	I	16.000	I 1174
I	0098	I ESCOLA ESTADUAL PARIGOT DE SOUZA NO MUNICIPIO DE	I	I	I	I	I
I		I LONDRINA (P)	I	16	I	8.000	I 1173
I		I	I	35	I	8.000	I 1174

ACRESCIMO		ANEXO I		FL. 02		I
DAS OBRAS		ANEXO		R\$ 1,00		I
CODIGO	ESPECIFICACAO	FONTE	VALOR	PROCESSO		
0100	ESCOLA ESTADUAL PERIQUITOS NO MUNICIPIO DE PONTA GROSSA	I	I	I	I	I
	I (B)	I 16	I 9.000	I 1173	I	I
		I 35	I 9.000	I 1174	I	I
0101	ESCOLA ESTADUAL NOSSA SENHORA DA GLORIA NO MUNICIPIO DE	I	I	I	I	I
	PONTA GROSSA (B)	I 16	I 13.000	I 1173	I	I
		I 35	I 13.000	I 1174	I	I
TOTAL		I TES.	I 433.000	I		
		I O.F.	I 0	I		

REDUCAO		ANEXO II		FL. 02		I
DAS OBRAS		ANEXO		R\$ 1,00		I
CODIGO	ESPECIFICACAO	FONTE	VALOR	PROCESSO		
4300	SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	I	I	I	I	I
	I	I	I	I	I	I
4330	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANA -	I	I	I	I	I
	FUNDEPAR	I	I	I	I	I
1062	PROJETO QUALIDADE NO ENSINO PUBLICO DO PARANA -	I	I	I	I	I
	PQE/BIRD - FUNDEPAR	I	I	I	I	I
0038	CONSTRUIR SALAS NA ESCOLA MUNICIPAL ALTO ALEGRE(A)	I 35	I 116.000	I 1174	I	I
0064	CONSTRUIR SALAS EM ESCOLA ESTADUAL DO JARDIM SANTA RITA	I	I	I	I	I
	I DE CASSIA (A)	I 16	I 162.768	I 1173	I	I
0066	CONSTRUIR SALAS EM ESCOLA MUNICIPAL DO PARQUE SAO JORGE	I	I	I	I	I
	I (A)	I 16	I 151.699	I 1173	I	I
0067	CONSTRUIR SALAS EM ESCOLA MUNICIPAL NO JARDIM BOA VISTA	I	I	I	I	I
	I III (A)	I 16	I 2.533	I 1173	I	I
TOTAL		I TES.	I 433.000	I		
		I O.F.	I 0	I		

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 779/97, do Sr. Mário Bezerra Guimarães - Delegado Federal de Agricultura no Estado do Paraná, comunicando convênio firmado com a SEAB - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento no Estado do Paraná, no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), objetivando a implantação de Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal e Vegetal.

Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2834

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência na Discussão e Votação do Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do Deputado Caíto Quintana, sobre as demais Emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 414/97.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 2830

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 06 (seis) Sessões, do Projeto de Lei nº 205/95, da Ordem do Dia, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2851

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da Proposição nº 084/94, proposta de emenda à Constituição Estadual, que dá nova redação ao § 1º do Art. 18, da Constituição do Estado (Tribunal de Contas dos Municípios), pois a mesma já recebeu parecer favorável da Comissão Especial de Reforma à Constituição

e constou por três sessões na pauta anexa à Ordem do Dia, nos dias 06, 10 e 11 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento: Caíto Quintana e Augustinho Zucchi.

REQUERIMENTO Nº 2812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação do prazo de entrega das emendas ao Orçamento do Estado, até às 18 horas do dia 24 de novembro de 1997.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, na qualidade de Presidente da Comissão de Orçamento, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nova prorrogação, até o dia 25 de novembro do corrente ano, do prazo para entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 492/97, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1998.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 2822

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiada a família do Sr. Miguel Antonio Pastre, as manifestações de profundo pesar desta Assembléia Legislativa, pelo seu falecimento ocorrido no dia 13 de novembro, naquele município.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) ADEMAR LUIZ TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente, a finalidade de prestar uma última homenagem a uma pessoa de grande valor e muitas qualidades, a um homem que sempre colocou os interesses da comunidade acima de preocupações pessoais.

Os muitos exemplos deixados pelo Sr. Miguel Antonio Pastre, pai do Vereador do Município de Salgado Filho, Sr. Nadir Pastre, homem que tanto na vida privada quanto em seu relacionamento com a família e com os inúmeros amigos que conquistou em todos os lugares onde esteve, temos certeza, nortearão os caminhos daqueles que tive-

ram o privilégio de conviver com esta pessoa extraordinária.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos demais Pares, no sentido de aprovar o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2853

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Juiz Epiphânio de Figueiredo, considerado juiz pioneiro da Comarca de Cascavel.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O Juiz Epiphânio de Figueiredo faleceu aos 76 anos de idade, depois de décadas de serviços prestados à Magistratura e ao Poder Judiciário Paranaense.

Considerado o primeiro Juiz da Comarca de Cascavel, o Dr. Epiphânio de Figueiredo exerceu sua profissão como um autêntico sacerdote, colocando à frente das questões até mesmo pessoais, aqueles que tinham como objetivo praticar a justiça.

Foi um paradigma para seus colegas de toga. Exemplo de homem correto, de profissional competente e acima de tudo, com um senso de justiça muito aguçado, que usava depois de reflexões, para proferir suas sentenças. Equânime, tinha o talento de buscar nos dois lados da causa em questão, a verdade que muitas vezes os autos do processo não deixavam completamente claro.

A vocação para o exercício da Magistratura, revelada desde os bancos da Faculdade de Direito, e confirmada com o desempenho irretocável ao longo de sua carreira, fizeram do Meritíssimo Juiz Epiphânio de Figueiredo um modelo para jovens advogados, promotores e juizes, enfim, profissionais do Poder Judiciário do Paraná.

Aos quatro filhos, deixou mais que um exemplo de vida, soube transmitir a fé na justiça, já que ele próprio representava tão bem a retidão do poder de que estava revestido, quando anunciava seus veredictos.

Depois de aposentado, começou a colaborar com jornais do interior do Estado, abordando temas religiosos, a sua preferência. Do alto de sua espiritualidade, soube o Dr. Epiphânio de Figueiredo passar também para seus leitores, lições de fé.

E na política, filiado ao PMDB, também deu sua contribuição. Peemedebistas que conviveram com ele, tiveram

o privilégio de desfrutar da companhia de um militante que acreditava nas propostas do partido, e que por isso batalhava ao lado de outros companheiros.

Perdeu, com a morte desse juiz, o Poder Judiciário, a imprensa e a política do Paraná.

Nosso pesar à família, aos amigos e aos paranaenses, por esta perda.

Que Deus o tenha!

REQUERIMENTO Nº 2809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da presente Sessão, de votos de congratulações à Liga Desportiva Norte-Paranaense, pelo seu 50º aniversário, a ser comemorado no dia 23 de novembro de 1997.

Outrossim, requeiro, que da decisão da Casa seja dada ciência à homenageada.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) JÚLIO ANDO

JUSTIFICATIVA:

A Liga Desportiva Norte-Paranaense teve sua origem nos idos anos de 1931, quando os japoneses e seus descendentes que dedicavam-se quase que exclusivamente à atividade agrícola, tinham como uma das poucas opções de lazer o jogo de beisebol, surgindo então o primeiro time do Paraná em Cambará. Mais tarde foram surgindo novos times, sendo que o primeiro campeonato de beisebol do Paraná foi realizado em 1934.

Procurando um meio maior de integração entre a comunidade nipo-brasileira para a formação de jovens nisseis, fundaram a entidade denominada Liga da Juventude Nipo-Brasileira do Norte do Paraná, com sede em Cambará.

No ano de 1948, terminada a guerra, os membros da colônia nipo-brasileira reuniram-se em Assaí, no dia 13 de julho, e fundaram a Liga Desportiva Norte-Paranaense, sendo que de início praticavam-se somente o beisebol e o atletismo, apesar das diversas modalidades previstas em seu estatuto. No decorrer dos anos foram incorporadas outras atividades culturais como canto, teatros e danças folclóricas, além de treinamento agrícola.

A entidade teve seu estatuto consolidado em 20 de junho de 1971, sendo que a sede social foi transferida para Londrina. Atualmente conta com 15 entidades filiadas: Associação Cultural

Esportiva de Bandeirantes, de Cornélio Procopio, de Assaí, de Uraí, de Londrina, de Rolândia, de Arapongas, de Apucarana, de Astorga, de Marialva, de Maringá, de Nova Esperança, de Paranaíba, de Curitiba e a Liga Desportiva Oeste-Paranaense, composta de 13 cidades do oeste.

A Liga tem promovido vários campeonatos paranaenses de beisebol e formado a seleção paranaense, participando dos campeonatos brasileiros. Tem promovido os campeonatos estaduais de tênis de mesa, tênis de campo, atletismo, futebol de salão, basquetebol, voleibol e atividades culturais como os concursos de canto paranaense e nacional.

Grande é a importância de tal entidade, que promove e incentiva o entretenimento e o desenvolvimento da juventude paranaense, descobrindo talentos e os projetando de forma saudável em diversas atividades, criando maior integração entre a comunidade nipo-brasileira, conquistando posição de destaque entre a população paranaense.

Enfim, esta entidade, por sua vasta e longínqua opção de atividades, registra e demonstra, através desta propositura, toda a importância e gratidão do povo paranaense a este grandioso órgão de formação de nossa juventude.

REQUERIMENTO Nº 2810

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente com votos de congratulações ao Prefeito Municipal de Cafelândia, Sr. Romano Czerniej, pela passagem de emancipação política do município, dia 25 de novembro de 1997.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao Sr. vice-Prefeito e Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Cafelândia.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Cafelândia vem do termo "café", acrescentado do sufixo "lândia", que origina-se do inglês "Land", que significa terra. Portanto, o nome representa "Terra do Café".

A exemplo do que aconteceu na maioria da colonização dos municípios do Oeste e Sudoeste do Paraná, a década de 50 registrou um grande fluxo de migrantes gaúchos e catarinenses, que se deslocavam para a região objetivam-

do os trabalhos de extrativismo da erva-mate.

Os primeiros colonos que se estabeleceram no local eram oriundos de Erechim, do Estado do Rio Grande do Sul, em seguida chegaram novas famílias do Estado vizinho de Santa Catarina, mais precisamente do Município de Taió.

O que animou os pioneiros foi certamente a qualidade do solo.

A plantação do café rendeu a muitas famílias, verdadeiras fortunas.

Em 7 de outubro de 1961, foi criada a sub-prefeitura de Cafelândia d'Oeste, e em 31 de dezembro do ano seguinte, ou seja, 1962, foi criado o distrito judiciário, com denominação simplificada de Cafelândia.

Finalmente, em 29 de dezembro de 1979, foi criado o Município de Cafelândia, com território desmembrado de Cascavel. Hoje, a data de comemoração municipal, é 25 de novembro.

Certamente muitas pessoas que deixaram Cafelândia ainda trazem frescas na memória os bons tempos da fartura proporcionada pelo café.

Com probidade e idoneidade, a Prefeitura Municipal, em harmonia com a Câmara Municipal, souberam aproveitar a época das vacas gordas, dotando o município de obras de infraestrutura que beneficia toda a população.

Cafelândia é exemplo vivo de que, quando se emancipa distritos viáveis, eles se transformam em fortes municípios, e isto beneficia vários segmentos da sociedade.

É pelas razões expostas que através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, presta uma justa homenagem ao município epigrafado.

REQUERIMENTO Nº 2811

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente com votos de congratulações ao Prefeito Municipal de São Jorge d'Oeste, Sr. Luiz Raimundo Corti, pela passagem de emancipação política do município, dia 23 de novembro de 1997.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao Sr. vice-Prefeito e Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de São Jorge d'Oeste.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Curitiba, quarta, em 19.11.97

A população de São Jorge d'Oeste faz jus ao nome santo. Afinal, não faltaram coragem, esperança e fé em novos horizontes, às famílias de José Rupp, José Henrique Rupp e Ary Francisco Rupp, quando em 1954 lançaram os fundamentos para a colonização da localidade.

Quatro anos mais tarde, já em 1958, chegaram à localidade inúmeras famílias procedentes de cidades vizinhas, com o intuito de tomar parte da colonização da região. Foi grande e expressivo também o afluxo de colonos gaúchos e catarinenses que ali se estabeleceram, sempre movidos pelo interesse de achar novas frentes de colonização, dado a escassez de terras, principalmente no Rio Grande do Sul.

Em 24 de junho de 1963, o distrito de São Jorge do Oeste foi elevado a categoria de município, com território desmembrado de São João, e em 23 de novembro do mesmo ano, assumiu o Executivo Municipal o Sr. Ary Rupp.

De lá para cá, várias administrações bem sucedidas fizeram uma verdadeira transformação no município.

Para citar um exemplo, neste mês, a Prefeitura Municipal, através de seu prefeito, Sr. Luiz Corti, está organizando o "Canto dos Lagos do Iguaçu", medida que certamente atrairá para o município centenas de turistas e garantirá calendário fixo nas programações festivas e turísticas para os próximos anos.

São medidas como esta que fazem a diferença e justificam o avanço alcançado por São Jorge d'Oeste.

Quando São Jorge d'Oeste deu seus primeiros passos, em que pese o otimismo, certamente jamais poderia imaginar que chegaria à privilegiada posição que hoje ostenta.

Assim, nada mais justo que prestar a São Jorge o nosso reconhecimento à importante data que é 23 de novembro.

REQUERIMENTO Nº 2816

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João Assis e Odinah Litz de Andrade, que completou 55 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Ouro". Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados

juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro e o envio de votos de congratulações à Banda Escola Lyra dos Campos, de Ponta Grossa, pelos seus 45 anos de existência.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Banda Escola Lyra dos Campos, de Ponta Grossa, foi fundada em 22 de novembro de 1952.

Atualmente, conta com 01 maestro, 01 contra-mestre, 01 auxiliar de contra-mestre, 01 auxiliar de arquivo e material, 43 alunos e 5 aprendizes.

Desde 1958, quando a Banda começou a participar de concursos, sempre ficou em 1º ou 2º lugar, representando um dos mais importantes patrimônios culturais e artísticos da Cidade de Ponta Grossa.

Sob a batuta do Maestro e Diretor Artístico Domingos Alceu R. de Quadros, e do Diretor Administrativo Carlos Nei Pereira dos Santos, a Lyra dos Campos é um orgulho dos pontagrossenses e paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 2826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações à Helena Pereira Oliveira, pelo trabalho realizado à frente da Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada à homenageada, na sede da entidade, localizada à Rua XV de Novembro, 621 - 5º andar - CEP 80.020-925, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Durante os últimos dois anos, Helena Pereira Oliveira esteve à frente da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba, mobilizando a categoria durante uma gestão produtiva e renovadora.

Incansável defensora dos direitos das mulheres curitibanas, Helena Pereira Oliveira deixa a direção da entidade, mas continua envolvida com as mulheres de negócios e suas reivindicações. Pelo sucesso de sua gestão, esta Casa de Leis rende uma justa homenagem à dinâmica Helena Pereira Oliveira.

REQUERIMENTO Nº 2827

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações à presidente eleita da Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba, Suzana Maria Araújo Slaviero.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada à homenageada, à Rua XV de Novembro, 621 - 5º andar - sala 507 - CEP 80020-925, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A nova diretoria da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba para o biênio 97/99 tem à frente Suzana Maria Araújo Slaviero e foi empossada com a disposição de dar continuidade ao trabalho da diretoria que finda sua gestão.

Responsável pela defesa da categoria que atualmente representa centenas de empresárias em nosso município, a associação expressa a determinação de sua diretoria em promover a integração e fortalecer as relações entre os diversos setores econômicos desenvolvidos pelas mulheres de negócios curitibanas.

REQUERIMENTO Nº 2828

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Herwig, pela viabilização do Anel de Integração.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada ao homenageado, na própria Secretaria Estadual dos Transportes, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A concessão da manutenção e exploração - através da cobrança de pedágio - das estradas do Paraná, está em fase adiantada. Tendo à frente o Secretário Estadual dos Transportes, Heinz Herwig, que com rara competência vem se empenhando em conduzir os trabalhos de forma a garantir a melhoria em toda a estrutura de estradas e interligar as principais regiões, o Anel de Integração será uma realidade em breve espaço de tempo.

Os seis consórcios de empresas responsáveis pela execução das obras nas rodovias federais que cortam o Paraná, encontram no Secretário de Estado dos Transportes a determinação necessária para que os paranaenses recebam melhores serviços no que se refere a estradas. Com dinamismo, seriedade e competência, Heinz Herwig merece nosso aplauso e esta justa homenagem desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2829

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações a vice-presidente eleita do Tribunal Regional do Trabalho, Adriana Nucci Paes Cruz, para o biênio 98/99.

Requer que a decisão do Plenário seja comunicada à homenageada, na sede do TRT, localizada nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Adriana Nucci Paes Cruz é natural de Campinas, Estado de São Paulo, e desde 1979 atua no Paraná junto à Justiça do Trabalho. Permaneceu até 86 em Apucarana, ocasião em que teve deferida sua remoção para a Junta de Conciliação e Julgamento de Jacarezinho.

Em junho de 93 foi promovida ao TRT, e no último biênio esteve à frente da Corregedoria Regional, visitando a totalidade de 61 Juntas no Estado em 18 meses. Por sua dedicação à Justiça do Trabalho, nossa homenagem e voto de congratulações referendados pelos nobres pares.

REQUERIMENTO Nº 2831

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao pre-

Curitiba, quarta, em 19.11.97

sidente eleito do Tribunal Regional do Trabalho, Pretextato (Tato) Taborda Netto, para o biênio 98/99.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada ao homenageado, na sede do TRT, localizado nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A escolha do nome de Pretextato (Tato) Taborda Netto para a presidência do Tribunal Regional do Trabalho para o biênio 98/99 representa o reconhecimento a sua dedicação à Justiça do Trabalho. Ingressou na Sub-Procuradoria do Trabalho, e em junho de 1991, quando exercia o cargo em Brasília, Pretextato inicia sua carreira no TRT no cargo de Juiz Togado.

Bacharel em Direito pela Universidade do Trabalho da 9ª Região, é jornalista, com serviços prestados aos diários fluminenses Jornal do Brasil, Última Hora, O Jornal e para a Revista Visão.

A sua eleição para o cargo maior da entidade, merece o aplauso desta Casa de Leis, e nosso melhores votos de sucesso neste desafio que se apresenta.

REQUERIMENTO Nº 2832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações à direção da Companhia de Fósforos Irati, que comemora 50 anos de atividades.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Executivo da Companhia, Antonio Francisco Borges, localizada à Avenida Getúlio Vargas, 264, CEP 84.500-000 - Irati / PR.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A Companhia de Fósforos Irati, fundada pelos empresários Ademar Vieira Araújo, Agostinho Zarpellon Jr., Edgard Gomes, Ercílio Slaviero, João Mansur e Virgílio Moreira. Completa 50 anos de atividade, levando o nome do Paraná, especialmente da Região Centro-Sul, para todo o país. Ao transformar madeira em palitos de fósforos, a Cia. de Irati expandiu-se para além das nossas fronteiras e chegando a vários países da América Latina.

Empresa tradicional, a Companhia de Fósforos de Irati vem a cada ano superando as dificuldades, continuando a gerar empregos, divisas para o Esta-

do e mantendo sua capacidade de produção e pesquisa. Por sua história, a Cia. de Fósforos de Irati merece esta justa homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2833

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações ao Sr. Francisco dos Santos Júnior, pelo recebimento do Título de Cidadão Honorário de Matinhos.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada ao homenageado, com correspondência enviada à Prefeitura Municipal de Matinhos, aos cuidados do Prefeito Municipal, Francisco Carlim dos Santos.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A Câmara Municipal de Matinhos homenageou o pioneiro Francisco dos Santos Júnior, português que escolheu o litoral paranaense para se enraizar na terra desconhecida. Com sua família, o Sr. Chico Português, como é conhecido, escolheu o Município de Matinhos para viver. Seu filho, o atual Prefeito Municipal - Francisco Carlim dos Santos - lembrou na solenidade a honradez do pai, as dificuldades e a felicidade com as vitórias conquistadas ao longo dos anos.

REQUERIMENTO Nº 2844

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Prefeitura Municipal de Ivaiporã - PR, alusivos à realização da 11ª EXPOVALE, nos dias 15 a 23 de novembro corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Sr. Luiz Pereira, através de correspondência a ser encaminhada à Praça dos Três Poderes, s/n, CEP 86870-000, Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2845

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta

Casa, voto de congratulações pelo transcurso, no dia 21 de novembro, do 1º aniversário de instalação do Município de Bela Vista da Caroba.

Requer, outrossim, que se dê ciência deste requerimento, ao Exmo. Sr. Paulo Milton dos Santos, DD. Prefeito Municipal, e à Câmara de Vereadores do mencionado município.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Desmembrado dos Municípios de Pérola d'Oeste e Pranchita, e oficialmente instalado em 21 de novembro de 1996, o Município de Bela Vista da Caroba completa amanhã seu primeiro aniversário, dando provas de que, efetivamente, possuía condições para sua emancipação.

O trabalho das autoridades constituídas e da população em geral desse novíssimo município, vem fazendo com que Bela Vista da Caroba se torne cada vez mais independente e desenvolvido no âmbito regional, o que nos traz a este Plenário, para externar nossos cumprimentos, com os melhores votos de continuidade no crescimento.

REQUERIMENTO Nº 2846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações pelo transcurso do 51º aniversário de emancipação do Município de Manguueirinha, no próximo dia 21 de novembro.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento ao Exmo. Sr. Elidio Zimermann de Moraes, DD. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do mencionado município.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Datam de 1840 os registros dos princípios de povoação de Manguueirinha. A construção de mangueiras, em 1864, reivindicadas pelos tropeiros que chegavam às margens do rio Iguaçu, permitiu o trânsito racional e seguro do gado, que antes se espalhava, facilitando inclusive a travessia das águas caudalosas do rio.

O povoado foi crescendo, com a denominação inicial de Conceição do Rosário. Com o fim do tropeirismo, a atividade principal passou a ser a extração de erva-mate, alternada com a criação de suínos. Na fase áurea do mate, muitos riograndenses vieram para a região. Todavia, com a decadência da

erva-mate, a economia regional voltou-se para a agricultura e suinocultura.

Manguueirinha fazia parte do Território Federal do Iguaçu, o qual, ao ser extinto, propiciou-lhe a emancipação. Pelo Decreto Lei Estadual nº 533, de 21 de novembro de 1946, sancionado pelo Interventor Mário Gomes da Silva, foi criado o Município de Manguueirinha, cuja instalação oficial deu-se em 30 de novembro daquele mesmo ano.

Trata-se de um município em franco desenvolvimento e as autoridades constituídas, bem como a população merecem os nossos parabéns, quando comemoram, com galhardia, seu 51º aniversário.

REQUERIMENTO Nº 2847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações pelo transcurso, no próximo dia 23 de novembro, do 34º aniversário de instalação do Município de São Jorge do Oeste.

Requer ainda, que se dê ciência deste requerimento ao Exmo. Sr. Luiz Raimundo Corti, DD. Prefeito Municipal, e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Nos idos de 1958, começaram a chegar à localidade de São Jorge, inúmeras famílias, procedentes não só de cidades vizinhas, como também procedentes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com a intenção de tomar parte na colonização da região.

Distrito Administrativo de Chopinzinho, pela Lei Estadual nº 4730, em 24 de junho de 1963, São Jorge foi elevado à categoria de município emancipado, sendo instalado oficialmente em 23 de novembro, nesse mesmo ano de 63.

Assim, pretendemos, por meio deste requerimento, prestar uma homenagem, cumprimentando as autoridades constituídas do Município de São Jorge d'Oeste e toda a população desse progressista município, pelo transcurso de seu aniversário.

REQUERIMENTO Nº 2848

Senhor Presidente.

O Deputado signatário do presente, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja regis-

Curitiba, quarta, em 19.11.97

trado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao Município de Marmeleiro, que está comemorando neste 25 de novembro, seu 36º aniversário de instalação.

Outrossim, requer seja dado conhecimento deste requerimento ao Exmo. Sr. Jairo de Assis Bandeira, DD. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A consolidação do incipiente povoado de Marmeleiro se deu por ocasião da Marcha para o Oeste, que marcou o Estado Novo de Getúlio Vargas, com a criação do Território Federal do Iguaçu. Nesse período, a empresa Dambros, Piva & Cia. Ltda., do Rio Grande do Sul, adquiriu extensa área de terras e oferecia vantagens a quem quisesse se instalar no povoado, fornecendo madeiras para construção de casas e cedendo terrenos, com a condição de que ali fixassem residência.

Com território desmembrado de Clevelândia e Francisco Beltrão, Marmeleiro foi elevado à categoria de município em 25 de julho de 1960, pela Lei nº 4245, e instalado oficialmente em 25 de novembro de 1961, tendo como primeiro prefeito o Sr. Assis Gabriel Bandeira.

Completando hoje 36 anos, o Município de Marmeleiro está em franco desenvolvimento, e é com orgulho que manifestamos o nosso apreço por esse povo cheio de fibra e coragem.

Parabéns, Marmeleiro, e que o seu crescimento continue constante.

REQUERIMENTO Nº 2805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de voto de louvor ao Dr. Jomar Silveira Giostri, Diretor Chefe do 6º Serviço Médico Legal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Jomar Silveira Giostri tem prestado relevantes serviços à comunidade de Foz do Iguaçu, como diretor do Serviço Médico Legal.

Atendendo à população geralmente em circunstâncias difíceis, prestando apoio às famílias enlutadas, trabalhando durante finais de semana, feriados e à noite, este servidor público paranaense tem dado exemplo de dedicação.

REQUERIMENTO Nº 2806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de voto de louvor ao Sr. Cláudio Rommel Cabanha, Diretor Administrativo do Instituto Médico Legal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Cláudio Rommel Cabanha, tem prestado relevantes serviços à comunidade de Foz do Iguaçu, como diretor administrativo do Instituto Médico Legal.

Atendendo à população geralmente em circunstâncias difíceis, prestando apoio às famílias enlutadas, trabalhando durante finais de semana, feriados e à noite, este servidor público paranaense tem dado exemplo de dedicação.

REQUERIMENTO Nº 2807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de voto de louvor ao Sr. Antonio Marin de Araújo, Auxiliar de Necrópsia do Instituto Médico Legal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Antonio Marin de Araújo, tem prestado relevantes serviços à comunidade de Foz do Iguaçu, como auxiliar de necrópsia do Instituto Médico Legal.

Atendendo à população geralmente em circunstâncias difíceis, prestando apoio às famílias enlutadas, trabalhando durante finais de semana, feriados e à noite, este servidor público paranaense tem dado exemplo de dedicação.

REQUERIMENTO Nº 2808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, seja concedido voto de louvor ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, pela consolidação do processo de modernização do sistema rodoviário, através do Anel de Integração Rodoviário do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O Paraná, mais uma vez sai na frente ao modernizar seus sistema de transporte, através da consolidação do

início das obras do Anel de Integração Rodoviária do Estado.

São mais de 2.300 quilômetros de estradas estaduais e federais que estão sendo recuperadas e duplicadas, representando um grande impulso para o desenvolvimento econômico de todo o Estado. Esta grande conquista só foi possível graças ao empenho do Secretário Heinz Herwig, que com sua determinação inabalável vem dirigindo a Secretaria Estadual de Transportes de forma a acelerar esse processo, dando ao Paraná o mais moderno sistema de transportes rodoviários do país.

REQUERIMENTO Nº 2813

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido do Sr. Octávio da Costa, residente na Rua Maria Luiza Borba, nº 13 - Vila Tarumã, Município de Pinhais, o qual requer informações sobre a desapropriação de seu imóvel, por estar localizado em área de manancial, e se o mesmo faz parte do Decreto nº 1963 de 22.12.92. Se necessário informações complementares, as mesmas poderão ser obtidas com o requerente pelo telefone 223-0581.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2814

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido que está sendo feito pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme cópia do OF./SUDIT/GEOPE/DR/PR-0140/97 anexa, referente a organização e denominação das vias públicas do Bairro Guarituba. Ocorre que fizemos uma solicitação àquela empresa para implantação dos serviços de distribuição de correspondências na Av. dos Eucaliptos, e a mesma não pôde nos atender, devido as ruas do local não estarem oficializadas e pela numeração encontrar-se desordenada.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS

Diretoria Regional do Paraná
OF/SUDIT/GEOPE/DR/PR-15.235/97

Curitiba, 12.11.97.

Senhor Deputado.

Em atenção do documento referenciado, informamos que na região onde se encontra a Avenida dos Eucaliptos, do Bairro Guarituba - Município de Piraquara, as ruas não estão oficializadas e a numeração está desordenada, o que inviabiliza, no momento, a expansão da distribuição domiciliária naquele local.

Com o objetivo de possibilitar estudos para implantação da distribuição por carteiros naquela região, solicitamos a Vossa Excelência interceder junto à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de que sejam adotadas providências visando organizar e denominar oficialmente as vias públicas naquele local.

Na oportunidade, renovamos nossos protestos de estima e consideração.

(a) ILVES RIBAS CALDAS JÚNIOR

Diretor Regional do Paraná

REQUERIMENTO Nº 2815

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar fiscalização no ponto de táxi da Rua Voluntários da Pátria, esquina com a Emiliano Pernetta, próximo ao Hotel Lancaster, tendo em vista que veículos particulares estão parando nesse ponto para apanhar passageiros, prejudicando o trabalho dos taxistas. Se necessário informações complementares, as mesmas poderão ser obtidas com o Sr. Noel da Costa, pelo telefone 267-1048.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2817

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de atender o pedido da Sra. Célia Gonçalves, a qual, em nome de todos os moradores da Estrada Nova Alexandra-Matinhos, solicita sinalização para os motoristas reduzirem a velocidade, nas proximidades dos atalhos que dão acesso às Colônias Pereira, Maria Luiza e Quintilha. Ocorre, que devido a alta velocidade desenvolvida pelos veículos, fica

Curitiba, quarta, em 19.11.97

muito difícil e perigosa a entrada nos atalhos citados. Maiores informações podem ser obtidas com a requerente, pelo telefone 252-4611. O atendimento do presente tornará esses locais menos perigosos e beneficiará muitas pessoas.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2818

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de reavaliar a marcação de consultas para tratamento odontológico via telefone, como vem sendo feito atualmente. Ocorre que muitas pessoas nos procuram fazendo tal reivindicação, tendo em vista a dificuldade que estão encontrando em marcar as consultas. Muitas delas, as que não têm telefone, passam horas no telefone público em vão, o que vem causando muitos transtornos e insatisfação. Face o exposto, solicitamos a referida reavaliação por parte da municipalidade, a fim de facilitar o atendimento nessa área de saúde, a qual, com certeza, beneficiará principalmente os mais humildes e que realmente necessitam do tratamento odontológico gratuito.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2841

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Paulo Cesar Ximenes Alves Ferreira, Presidente do Banco do Brasil, solicitando providências junto àquela instituição financeira, no sentido de agilizar a liberação de recursos para AGF, para o feijão de cor (carioca), tendo em vista a colheita do produto no Vale do Ivaí / Região Central do Paraná, o qual encontra-se com o preço muito abaixo do mínimo estabelecido.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente para: Setor Bancário Sul, quadra 4, Edifício Sede 3, 24º andar - CEP 70089-900, Brasília / DF.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2842

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Arlindo Porto, Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, solicitando providências junto ao Banco do Brasil, no sentido de agilizar a liberação de recursos para AGF, para o feijão de cor (carioca), tendo em vista a colheita do produto no Vale do Ivaí - Região Central do Paraná, a qual encontra-se com o preço muito abaixo do mínimo estabelecido.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente para a Esplanada dos Ministérios, s/nº, Bloco D, 8º andar, CEP 70043-900 Brasília / DF.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2843

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando inclusão no rol de obras de pavimentação asfáltica da citada Secretaria, o trecho de estrada que liga a Sede Municipal de Terra Roxa a Sede Distrital de Bela Vista, no Município de Guaíra, face as razões adiante descritas.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O trecho de estrada citada no espaço deste requerimento, atende uma região altamente produtora de grãos, senão a maior, dos Municípios de Terra Roxa e Guaíra.

Outrossim, a referida rodovia é a via mais curta e rápida de ligação de Terra Roxa com os demais municípios da Costa Oeste e a seus pontos turísticos.

De tráfego intenso, a estrada em dias chuvosos não oferece trafegabilidade, obrigando aos usuários mudança de caminho, o que aumenta em mais de 50 km a alternativa de percurso.

A pavimentação asfáltica dessa via vai abrir um novo fator de desenvolvimento integrado, uma vez que agiliza as ações das atividades sócio-econômicas a ela ligados, e permitirá como já referido, que Terra Roxa esteja efetivamente no conjunto das unidades municipais da Costa Oeste.

REQUERIMENTO Nº 2855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Diretor-Geral do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Paulinho Daumar, solicitando a construção de uma ponte de concreto sobre o rio Salto, no Município de Rebouças, com uma extensão de 10 metros. A comunidade de Salto, faz divisa com o Município de Fernandes Pinheiro, onde interliga 04 (quatro) comunidades, é região de enorme expressão da agricultura municipal.

Trata-se de solicitação do nobre Vereador José Elias Dombroski, que conta com nosso total apoio.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Secretário de Estado da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para construção de uma cozinha na Escola de Faxinal dos Marmeleiros, Município de Rebouças.

Trata-se de solicitação do nobre Vereador José Elias Dombroski, que conta com nosso total apoio.

A Escola Estadual de Faxinal dos Marmeleiros, ensino de 1ª a 4ª séries, conta com 297 alunos, filhos de agricultores. No mesmo local há a Escola Municipal Leonardo Krol, ensino de 1ª a 4ª séries, que conta com 307 alunos, também filhos de agricultores. Desta forma perfaz um total de 604 alunos que saem de suas casas às 06:00 horas e só retornam no final da tarde, fazendo as refeições na Escola Faxinal dos Marmeleiros.

A cozinha da escola possui 12 m², é muito pequena e não oferece as mínimas condições para que as merendeiras possam fazer a merenda de forma adequada, e a escola não possui sequer um lugar para guardar a merenda escolar.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica do trecho Teixeira Soares à BR-277, via Rio da Areia.

Trata-se de uma ligação por demais importante para o desenvolvimento sócio econômico do município.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Secretário de Estado da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para a Escola Estadual Professora Luiza Rosa Zarpellon Pinto.

Estes recursos serão destinados em obras de melhoramentos da escola, como pintura interna externa do prédio, e construção de uma cobertura no pátio da mesma.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, de expediente solicitando cópia dos contratos firmados entre o Estado do Paraná e as empresas e/ou consórcios vencedores da licitação para a concessão das rodovias integrantes do Anel de Integração Rodoviária do Estado do Paraná, assim como dos anexos existentes, se houver.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar necessita das informações solicitadas para subsidiar estudos sobre o assunto.

REQUERIMENTO Nº 2821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente, nos termos do ofício anexo, ao Sr. Alteviro Rocha de Andrade, delegado do DEMEC-PR, com cópias para o Sr. Ministro da Educação, para os Srs. Secretários de Estado da Educação, Ciência e Tecnolo-

gia e Ensino Superior, e aos Presidentes dos Conselhos Federal e Estadual de Educação, com a solicitação de esclarecimentos relativos aos processos nºs 23000.007037/97-98 e 23000.010693/97-12 e relatório SESu/COTEC nº 421/97, cujo teor trata da autorização para instalação do novo campus da Universidade Paranaense - UNIPAR, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se na preocupação e na defesa dos interesses públicos relacionados com a Educação de nível superior em nosso país.

Para tanto, faz-se necessário algumas informações, como:

- cópia dos processos nº 23000.007037/97-98 e 23000.010693/97-12 e do relatório SESu/COTEC nº 421/97, cujo teor trata da autorização para a instalação do novo Campus da Universidade Paranaense - UNIPAR, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná;

- identificação das pessoas que assinaram o Relatório SESu/COTEC nº 421/97, com os nomes, funções e aptidão legal para firmar o mesmo, pois, conforme informações obtidas, o referido relatório não foi assinado pelos responsáveis, e sim por procuração;

- cópia do parecer técnico da comissão verificadora, ora nominada: Professores Euclides March e Hélio Hipólito Semilva, da Universidade Federal do Paraná e Marilene Lourenço, TAE/DEMEC/PR, referente aos processos acima enumerados;

- cópia da Resolução UNIPAR nº 12/97, alterando o Estatuto da Universidade Paranaense com a modificação do artigo 9º. § 3º, existente nos processos

Os esclarecimentos solicitados têm por objetivo a defesa de um processo com lisura na efetivação dos cursos de 3º grau, no Município de Cascavel, em especial, para garantir aos interessados o reconhecimento oficial dos cursos ao final da realização dos mesmos, não causando maiores prejuízos para os prováveis estudantes.

Of. nº 760/97

Curitiba, 17.11.97.

Senhor Delegado.

Dirijo-me a Vossa Senhoria para solicitar:

- cópia dos processos nºs 23000.007037/97-98 e 23000.010693/97-12 e do relatório SESu/COTEC nº 421/97 cujo teor trata da autorização para a instalação do novo Campus da Universi-

dade Paranaense - UNIPAR, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná;

- cópia do parecer técnico da comissão verificadora, ora nominada: Professores Euclides March e Hélio Hipólito Semilva, da Universidade Federal do Paraná e Marilene Lourenço, TAE/DEMEC/PR, referente aos processos acima enumerados.

A presente solicitação fundamenta-se na necessidade de conhecimento e maiores esclarecimentos dos projetos em questão, conforme justificativa anexa.

Certo de contar com especial atenção ao pedido, reitero meus protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

(a) EDGAR BUENO

Deputado Estadual

Ao Sr.

Altevir Rocha de Andrade

Delegado do DEMEC - PR

R. Dr. Pedrosa, 123 - Centro -
CEP 80420-120 - N/Capital

REQUERIMENTO Nº 2849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do IBAMA, solicitando sejam prestadas a esta Assembléia Legislativa, para conhecimento da Comissão Especial constituída para acompanhar a questão do Parque Nacional do Iguaçu, informações a respeito do novo Plano de Manejo do Solo, estágio em que se encontra a data prevista para sua conclusão.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se pelo fato de estarmos sendo questionados por Prefeitos, Vereadores, representantes da AIPOPEC e até mesmo por moradores das cidades vizinhas ao Parque Nacional do Iguaçu, a respeito do andamento do Plano de Manejo e uma possível data para a sua conclusão, na esperança da reabertura da Estrada do Colono.

REQUERIMENTO Nº 2850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, referente a criação de cargos em comissão e funções gratificadas na Universidade

Estadual do Centro Oeste - UNIOESTE, com os seguintes questionamentos:

1. Qual a justificativa para criação de cargos em comissão e funções gratificadas na Universidade Estadual do Centro Oeste - UNIOESTE?

2. Quantos cargos em comissão e funções gratificadas foram criados?

3. Qual o valor de cada cargo em comissão e funções gratificadas?

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, transcrição nos Anais da presente Sessão, de artigo publicado no jornal Gazeta do Povo, no dia 09 de novembro de 1997, página 56, de autoria do jornalista Carlos Nasser, sob o título "Anibal que conheço", oportunidade em que é relatada pelo jornalista, algumas das virtudes do grande político paranaense.

Requer ainda a expedição de cópia do presente requerimento ao autor do artigo.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 021/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita no Distrito de São Clemente, para que a respectiva população decida sobre o seu desmembramento do Município de Santa Helena.

MEMORIAL DESCRITIVO

1 - Com o Município de Entre Rios do Oeste

Inicia no lago da Represa de Itaipu, na foz do antigo leito do Córrego Felicidade, sobe por este até encontrar a divisa na direção geral leste, passando pela Estrada Municipal São Clemente / Vista Alegre, até encontrar o córrego Barra Grande ou Boas Novas;

2 - Com o Município de São José das Palmeiras

Inicia na linha de divisa da Gleba Maripá (Fazenda Britânia) no Córrego Barra Grande ou Boas Novas, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por linha reta e seca na

direção Geral Sudoeste passando pela PR-317, até encontrar a cabeceira do Córrego Serrinha, desce por este até sua foz no Rio São Francisco Falso Braço do Norte;

3 - Com o Município de Diamante do Oeste

Inicia na foz do Córrego Serrinha no Rio São Francisco Falso Braço do Norte, desce por este até a confluência com o Rio São Francisco Braço Sul;

4 - Com o Município de Santa Helena

Inicia na confluência do Rio São Francisco Falso Braço Norte com o Rio São Francisco Braço do Sul, formadores do Rio São Francisco Falso, desce por este até o Lago da Represa de Itaipu, antigo leito do Rio São Francisco Falso, até sua foz no antigo leito do Rio Paraná;

5 - Com a República do Paraguai

Inicia no Lago de Itaipu, na foz do antigo leito do Rio São Francisco Falso, deste ponto segue na direção Geral Norte pelo limite internacional Brasil/Paraguai até a foz do antigo leito do Córrego Felicidade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(aa) ÉLIO RUSCH

ANIBAL KHURY

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Marechal Cândido Rondon, para que a população decida sobre a criação do Município de Margarida, desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon, com as seguintes divisas:

"Inicia na foz da Sanga Biriva no Arroio Fundo, desce por este até a sua foz da Sanga Quebrada, sobe por este até encontrar a divisa entre os lotes 183 e 181, seguindo pela divisa dos lotes 181, 182, 180, 179, 178, 176, 175, 173, 172, 171, 170, 169, 168, 167, 166, 165, 164, 163, 162, 161, 159, 158, 144, 143, 142, 141, 140, 13, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88 e 89 com os lotes 183, 188, 125, 127, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 79, 80, 82, 93 e 92, todos do 20º Perímetro da Fazenda Britânia até encontrar o Arroio Marreco; desce por este até sua foz no lajeado Barra Bonita, desce por este até a foz da

Curitiba, quarta, em 19.11.97

Sanga Urú, segue por esta até encontrar a divisa do lote 91 - 35º Perímetro da Fazenda Britânia, seguindo por esta divisa na direção geral sul até encontrar a cabeceira da Sanga Perdida, desce por esta até a sua foz no Rio São Francisco, descendo por este até a foz do Rio Santa Quitéria; desce por este até encontrar a divisa do lote 1 - 45º Perímetro da Fazenda Britânia. Continua descendo pelo Rio São Francisco até encontrar a divisa entre os lotes 24 e 27 do 37º Perímetro da Fazenda Britânia; desde ponto segue pela divisa dos lotes 24, 23, 22, 86, 88 com os lotes 27, 26, 25, 85, 84, 83, 82 e 81 até a estrada Pato Bragado - Margarida, seguindo por esta na direção geral Oeste até encontrar o Arroio Fundo, descendo por este até o ponto de partida".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) ÉLIO RUSCH

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 656/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído como feriado estadual o dia 20 de novembro, data de aniversário da morte de Zumbi dos Palmares.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Depois de alguns séculos, a historiografia oficial dá conta do fato de Zumbi dos Palmares ter sido um dos maiores líderes da emancipação da raça negra no Brasil. Talvez mesmo o maior.

Por isso, o fato tem significado não só de reverência a Zumbi, mas de reflexão sobre a questão racial em nosso país, reacendendo na memória do brasileiro uma epopéia que contribuiu para a libertação dos escravos e para a luta contra a exclusão social.

Entre 1600 e 1695, na Serra da Barriga, situada no atual Estado de Alagoas, milhares de negros, índios e brancos viviam democraticamente em uma comunidade independente da monarquia, chamada Quilombo dos Palmares. Foram

estabelecidas regras próprias de convivência. Ser diferente - raça, credo, condição social - nada representativa

Zumbi foi o último comandante da resistência de Quilombo dos Palmares. Lutou até morrer, assim como outros heróis que viveram depois, como por exemplo, Tiradentes. Este é reconhecido como importante personagem da história e nunca se questionou o fato; Por que será tão difícil reconhecer que Zumbi também é um herói do povo brasileiro?

O 20 de novembro - data da morte de Zumbi - é um dia escolhido pelas entidades representativas do movimento negro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Tramitam no Congresso Nacional, projetos de lei que pretendem estender o feriado de Zumbi a todo o Brasil. Prova de que a data é extremamente relevante, e que o debate sobre o tema, mesmo polêmico e ao mesmo tempo enriquecedor, pois vários setores da elite se incomodam, porque o povo brasileiro quer reverenciar seus líderes.

O feriado estadual de Zumbi dos Palmares, vale ainda, como tema de reflexão sobre a atual condição do negro no Brasil. Ele continua a ser minoria na universidade, nos cargos de chefia, na política, mesmo levando-se em conta que a maioria dos brasileiros é mestiça. Não seria a exclusão social da raça negra a forma de discriminação do Brasil?

Por isso, o feriado de Zumbi dos Palmares, no Dia da Consciência Negra, pode vir a influenciar a revisão da História do Brasil, conferindo importância a outras lideranças negras, como João Cândido, o "Almirante Negro", protagonista da Revolta da Chibata, que continuam marginalizadas pelos historiadores oficiais.

PROJETO DE LEI Nº 657/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Luiz Pereira Cardoso, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública a Creche Luís Pereira Cardoso, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, neste Estado,

o fazemos conscientes da necessidade da comunidade local, que será imensamente beneficiada, através do trabalho desenvolvido pela referida entidade que atende as crianças de maneira exemplar, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, a fim de ser obter a elevação da qualidade de vida dos mesmos.

PROJETO DE LEI Nº 658/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Fênix, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Fênix, neste Estado, o fazemos conscientes da necessidade da comunidade local, que será imensamente beneficiada, através do trabalho desenvolvido pela referida entidade, que atende as crianças de maneira exemplar, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, a fim de se obter a elevação da qualidade de vida dos mesmos.

PROJETO DE LEI Nº 659/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná - CISOP, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná, é uma entidade constituída por determinadas unidades municipais da região precitada deste Estatuto, com a finalidade de repre-

sentar o conjunto dos municípios consorciados em assuntos de interesses comuns no âmbito social da saúde.

Em razão dos altos propósitos desse Consórcio Intermunicipal de promover a saúde de seus habitantes, por iniciativa própria e/ou conjuntamente com órgãos e entidades públicas e privadas do Estado e da União, é que apresento a presente propositura de lei, conclamando aos Srs. Pares da Assembléia Legislativa do Paraná, para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 660/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Ação Social Espírita Casa da Criança Otília Honória Magalhães - ASSECCOIM, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, a Ação Social Espírita Casa da Criança Otília Honória Magalhães, tem por finalidade a promoção social do menor carente de recursos, através de assistência e educação, visando por todos os meios possíveis que o mesmo seja separado do convívio familiar.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 661/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Instituição dos Pequenos Cantores do Senhor Bom Jesus, inscrita no CGC/MF sob o nº 01.951.751/0001-56, com sede e foro no Município de Campo Largo - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas quaisquer disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Instituição dos Pequenos Cantores do Senhor Bom Jesus, suas atividades iniciaram-se em 1994 e oficialmente funcionando desde 19 de agosto de

Curitiba, quarta, em 19.11.97

1995, prestando seus serviços no Município de Campo Largo, possui seus estatutos devidamente registrados no Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Campo Largo - PR, estando ainda inscrita no CGC/MF sob o nº 01.951.751/0001-56, tendo sido declarada de Utilidade Pública Municipal por força da Lei Municipal nº 1271, de 21 de agosto de 1997, publicada no órgão oficial do município de Campo Largo em 29 de agosto de 1997.

Esta Instituição dos Pequenos Cantores do Senhor Bom Jesus desempenha um excepcional trabalho junto aos menores carentes de Campo Largo, num inédito projeto educacional e cultural. Desenvolve seu labor incentivando a criança carente a permanecer na escola, e durante outra parte do dia, estas crianças ensaiam no coral infantil, mantido pela Instituição, com direito a alimentação e tratamento de saúde. Estas crianças, de outra face, vêm apresentando emocionantes espetáculos em várias cidades do Paraná, já estando em processo de gravação um CD do grupo.

Pelas relevantes atividades sociais que presta, e face ao preenchimento de todos os requisitos legais, conforme documentação anexada ao presente, quais sejam: possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento desde 1994, não possui fins lucrativos, presta serviços à comunidade e os membros da associação não são remunerados. Assim, cumpridas as exigências legais de estilo, conclamamos os nobres pares à análise e aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de registrar a presença do nobre empresário, proprietário de um dos maiores hotéis de Foz do Iguaçu - base eleitoral dos companheiros Sérgio Spada e Sâmis da Silva - o Sr. Yassine, que nos honra com a sua presença aqui nesta Casa.

O que quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é cumprimentar o nosso Governador, que na tarde de ontem, frente aos Poderes constituídos deste Estado, mais precisamente o nosso Poder Judiciário, na presença física do desembargador Henrique Lenz Cezar, e deste Poder Legislativo, na pessoa do nosso Presidente Anibal Khury, textualmente afirmava, na inauguração do

Centro Automotivo, que a partir de hoje todos os investimentos referentes ao Paraná teriam o endereço do interior do Estado. E que, a nossa CIC e a nossa Região Metropolitana, já tinham alcançado os seus objetivos. Agora, Sua Excelência, com sua equipe de trabalho, mais precisamente o Secretário Nelson Justus, iriam direcionar para o interior do Estado os investimentos referentes ao nosso Estado.

Gostaria de fazer também um adendo, que em Ponta Grossa, futuramente, duas novas fábricas serão anunciadas pelo Governador e pelo Secretário Nelson Justus, juntamente com o Prefeito de Ponta Grossa e o seu Secretário de Indústria e Comércio.

Tivemos a felicidade, na manhã de hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de participar, na Cidade de Palmeira, junto com o Prefeito Mussolini Mansani, do lançamento da reativação da fábrica Trombini. Fábrica essa, que estava desativada há mais de 03 anos, e que traz um alento, mais de 100 empregos diretos e um investimento de mais de 1 milhão de dólares. Essa fábrica dará um novo impulso para o Município de Palmeira, e principalmente para a Região dos Campos Gerais.

Estivemos lá com os novos proprietários. Eles irão fazer o papel reciclado, sendo o papel toalha e o papel higiênico. E uma nova marca, marca essa que irá ao consumo, não só do Paraná, mas de todo o Brasil, a Fábrica Florisa, que trará divisas ao nosso Estado e à nossa Nação.

Quero ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradecer a participação dos funcionários, dos homens lotados nos gabinetes dos Srs. Deputados e dos diversos Deputados que estiveram conosco ontem naquela recepção feita à "Münchenfest", de Ponta Grossa. Estiveram presentes nesta Casa a rainha, a princesa, o grupo folclórico, uma das bandas alemãs que irá animar aquela festa, que se inicia no próximo dia 28, que teremos a oportunidade de testemunhar que aquela alegria da tarde de ontem, aquela presença contagiante, realmente, nesta Casa, daquele espírito, daquela festa, será traduzido no sucesso de Ponta Grossa receber a tudo e a todos de braços abertos.

Quero também agradecer à imprensa falada, escrita e televisada, que ali esteve, vendo realmente que aquele chopp escuro, a "Münchenfest" é um sucesso, é um dos maiores eventos deste Paraná.

E termino, Sr. Presidente e Srs. Deputados, apresentando à Mesa, um requerimento pedindo uma extensão um

pouco maior da apresentação das emendas no Orçamento e queria contar com o beneplácito deste Plenário na votação e no principal objetivo, que são uns dias a mais, para a apresentação das emendas para o Orçamento do Paraná.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ocupamos o horário do Pequeno Expediente, hoje, para em nome de Lideranças Rurais, Sindicais do Vale do Ivaí e também de Lideranças Cooperativistas, fazer um apelo a todos os Srs. Deputados, no sentido que aprovemos 02 requerimentos que estamos apresentando à Mesa, onde solicitamos envio de correspondência ao Ministro da Agricultura, o Dr. Arlindo Porto e ao Presidente do Banco do Brasil, o Gimenez, no sentido de que haja a liberação imediata de recursos para AGF - Aquisição do Governo Federal, destinado à aquisição de feijão de cor, como chamamos o "feijão carioquinha", que está sendo colhido em todo o Estado do Paraná, principalmente na região dos Campos Gerais, no nosso Vale do Ivaí.

Os Deputados Estaduais que têm atuação política nos municípios do Vale do Ivaí, na Região Central do Paraná e nos municípios dos Campos Gerais, têm conhecimento que neste mês de novembro, concentra-se, praticamente, o maior volume de colheita de feijão de cor, feijão carioca. E o que está acontecendo é que este produto colhido na presente safra, não tem encontrado, durante a comercialização, um preço que sequer seja o preço mínimo. Todos vocês devem saber, o preço mínimo do feijão carioca está estipulado em 26 reais, e os preços que vêm sendo praticados à nível de mercado, não atingem muitas vezes a 18 reais. Temos notícias, inclusive, de produtores rurais que venderam a sua safra, estão comercializando a sua safra a 15, 16, 17 reais a saca do feijão carioca.

No dia de hoje, já tivemos a oportunidade de conversar com a Superintendência do Banco do Brasil, na pessoa do Dr. Giovanni e do Dr. Dilson Botega. Tivemos a oportunidade de discutir esse assunto com o Dr. Eugênio Stefanelo, da CONAB; com o Dr. Norberto Ortigara, da Secretaria da Agricultura do Paraná, e também com o Deputado Federal José Rodriguez Borba,

que é Deputado Federal da nossa região do Vale do Ivaí, mas principalmente é ele o Coordenador da Bancada Federal dos Deputados do Estado do Paraná. Pedimos a ele que gestionasse junto às autoridades e ele nos informou que hoje, às 14:30 horas, teria uma audiência com o Ministro Arlindo Porto, em companhia do Senador José Eduardo Andrade Vieira, e que incluiria na pauta de conversações a liberação de recursos para AGF de feijão carioca, aqui no Estado do Paraná.

Estamos fazendo este apelo e este pedido, para que votemos esse requerimento ao Ministro da Agricultura e ao Presidente do Banco do Brasil, porque temos notícias que nos foram repassadas pela própria CONAB, pelo próprio Banco do Brasil, e que recursos já foram liberados para o Mato Grosso, para Rondônia e para a Bahia, e que o Estado do Paraná, que é um tradicional plantador de feijão, não recebeu até o momento, nenhum centavo destinado à AGF - Aquisição pelo Governo Federal, da safra de feijão, que está sendo colhida.

É necessário que nós, na condição de Líder do Bloco Agropecuário, façamos esse movimento para que o Paraná, principalmente o Vale do Ivaí, a Região Central e dos Campos Gerais, possam receber recursos do AGF, para que possa ser iniciada a aquisição de feijão desses produtores rurais, e para que possamos dar a eles um preço digno, um preço justo e satisfação de estarem no meio rural.

Era isso, Sr. Presidente. Peço aos Srs. Deputados que aprovem esses requerimentos de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Amanhã se encerra o prazo para apresentação de Emendas à Lei Orçamentária, que vai disciplinar a aplicação dos recursos do Governo do Estado do Paraná para o ano de 1998.

Como todos os Deputados conhecem o teor da lei, o orçamento está estimado, hoje, perto de 10 milhões e 900 mil reais, 11 milhões de reais. Posso estar enganado a respeito de alguns números, mas acho que o projeto é este. O valor global do orçamento é próximo a estes números.

Todos sabemos da realidade financeira do Estado do Paraná em relação às suas receitas próprias. Há uma pre-

visão de arrecadação tributária para o ano que vem, na ordem de 2 milhões e 700 mil reais, decorrentes em grande maioria dos impostos estaduais, como todos sabemos, do ICMS. A priori, de receita própria do Estado do Paraná, para investimentos no ano que vem, não há um único centavo previsto pela administração do Governo.

Há um disciplinamento de previsões de investimentos que chegam perto de 2 bilhões de reais para o próximo ano. Recursos estes que serão auferidos de empréstimos de convênios com o Governo Federal, em empréstimos externos e de contrapartida em função de algumas operações financeiras, que o Estado do Paraná possa fazer para alavancar esses 2 bilhões. E além disso, está previsto perto de um montante de 900 milhões de reais, de venda de ações da COPEL ou de outro patrimônio público do Estado.

O que me traz a esta tribuna não é propriamente a discussão do orçamento em si, que no momento oportuno vamos realizar aqui na Assembleia Legislativa, quando entrar em pauta essa discussão.

Mas, o que me traz aqui é a respeito do processo de como o orçamento foi elaborado este ano.

Já foi noticiado na imprensa, já tem uma série de denúncias a esse respeito, de que a peça orçamentária do Governo do Estado do Paraná foi elaborada pela primeira vez na sua história, contemplando as necessidades e as emendas de Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa, já incorporadas na peça orçamentária.

Parece-me que se este gesto for comprovado, a gravidade de tal procedimento por parte da Secretaria das Finanças, por parte da Secretaria do Planejamento, ferem, frontalmente, a soberania, a independência e a autonomia do Poder Legislativo. É como se a Assembleia Legislativa aceitasse que existem Deputados de primeira classe, e Deputados de segunda classe. Os Deputados que têm boas relações com o Governo, que dão base de sustentação, têm garantidos na peça orçamentária, antecipadamente, antes da discussão estratégica do planejamento, do qual vai ser o desempenho financeiro do Estado do Paraná, no ano que vem, há o preenchimento dessas suas emendas na peça orçamentária.

É com bastante tristeza que a Bancada do PT vem fazendo um levantamento, muito difícil de ser realizado, porque se trata de um levantamento de cidade por cidade, se trata de um levantamento comparativo com o que acon-

teceu no ano passado, da previsão orçamentária do ano passado, para determinadas cidades e para determinadas regiões do Estado do Paraná, e as rubricas estão espalhadas em todos os planos de atividades.

Então, para que façamos este levantamento, é um levantamento dificultoso, mas no entanto, estamos fazendo este levantamento.

E pasmem os senhores, ainda que o Secretário das Finanças tenha dito que não privilegiou e que os membros da Comissão de Orçamento tenham dito que as emendas colocadas para privilegiar determinadas regiões, são emendas que apenas atendem o cumprimento de obras já iniciadas pelo Governo do Estado, neste ano ou no ano passado, os estudos revelam completamente o contrário. Não vou dizer o nome da cidade e não vou dizer a região, e também não quero fazer nenhuma enlação do que isso significa, do ponto de vista da peça orçamentária.

Mas, numa região, apenas em uma região do Estado do Paraná, de acordo com o nosso levantamento, há uma introdução de novas obras previstas para o início do ano que vem, sem levar em conta, ainda, o cumprimento das obras de 1996 e de 1995, nessas regiões de mais de 350 quilômetros em asfalto. Em asfalto, obras novas.

Quero dizer com isso, que pode ter acontecido, e isso é lamentável se assim o for, que o Governo do Estado, para fazer com que a bancada de apoio ao Governo, e sabemos que houve um processo de mudança de partido, há um processo de consolidação de uma presença do Governo do Estado, sabemos que o ano que vem é o ano eleitoral, e não gostaríamos que o Estado do Paraná pudesse ter a sua peça orçamentária, e nem é esse o desejo do Estado do Paraná e a locação de recursos, não estejam restritamente, estritamente vinculadas a um planejamento estratégico de desenvolvimento econômico das regiões do Estado do Paraná.

Devemos priorizar, e acho que a Assembleia Legislativa deveria priorizar as necessidades estratégicas, como o próprio Governador fala, harmônica das regiões, do que possa parecer a sociedade que houve um privilegiamento, do ponto de vista eleitoral, alocação de recursos, via orçamentária, antes de uma discussão em Plenário na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Então, nesse sentido, estamos continuando os estudos, e na semana que vem, a Bancada do PT poderá, diante da gravidade dos fatos que estão

chegando, propor a esta Assembléia Legislativa, pela primeira vez na história, que uma Comissão Parlamentar de Inquérito investigue a formatação do orçamento, designado e expedido pelo Poder Executivo à Assembléia Legislativa, que obedeceu uma lógica, que não é a lógica da transparência, da discussão em Plenário da Assembléia Legislativa, para o debate das necessidades do Estado do Paraná, em relação à peça orçamentária.

Volto a dizer, uma única região, Deputado Anibal Khury, de verbas novas, sem ainda o cumprimento das obras iniciadas em 96 e até 95, está recebendo o privilégio de 350 km de asfalto numa determinada região. Este levantamento comparativo estamos fazendo de região por região, de cidade em cidade, nas duas peças orçamentárias, do ano passado e deste ano, e vamos trazer à Assembléia Legislativa, o parecer final a este processo.

Espero que isso não tenha acontecido e que tenha havido uma má informação do que o Deputado Durval relatou com relação ao processo da feitura do orçamento.

Tenho motivos, ainda, para prosseguir nas investigações, porque os fatos que estamos levantando no orçamento, demonstram que há um direcionamento da peça orçamentária para determinadas regiões e para determinada situação política no Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de ter a atenção do meu ilustre companheiro, Deputado Romanelli, a meu breve pronunciamento nesta Casa.

Escolhi o Pequeno Expediente porque achei importante marcarmos este dia em que comemoramos o grande encontro do então Senador Requião com o grande líder nacional Orestes Quércia.

Tivemos aqui nesta Casa vários debates e em algumas oportunidades, quando se falava aqui em honestidade, por muitas vezes chamei a atenção do ilustre Deputado Romanelli, quando ele falava de alguns partidos políticos brasileiros, sobre a questão da honestidade, dizia a ele, que se tornava difícil falar em honestidade para quem pertencia a um partido que tinha Orestes Quércia.

Tenho pelo Deputado Romanelli, respeito e admiração. Acho que ele exerce o seu papel aqui com brilhantismo, e ele sabe a estima que tenho por ele, mas não poderia, de forma nenhuma, deixar passar esta data em branco, e este acontecimento nacional, porque tive insônia quando, por poucas vezes agüento até as duas horas da madrugada para assistir o "Jornal da Globo", e aquela noite, talvez por destino, não estava cansado, e ouvindo os noticiários da Globo, de repente apareceram na televisão duas figuras que demorei a acreditar que estavam dando uma coletiva e esquecendo a questão do "Disque Quércia", as ofensas, a questão da corrupção.

Então, Deputado Romanelli, tive o capricho de comprar um telefone, e como não precisamos mais fazer uso do "Disque Quércia", gostaria que Vossa Excelência me desse a oportunidade de presentear-lo, e ficasse marcada esta data, porque realmente tenho certeza que Vossa Excelência jamais iria ao escritório do Quércia, depois de tudo o que aconteceu, de tudo o que ouvimos.

Então, vou fazer a entrega simbólica deste telefone, que não precisa mais ser usado, porque está encerrado o "Disque Quércia". Ele recebeu o atestado de boa conduta, é um homem honesto, porque quem viu a imagem na televisão realmente teve dificuldade.

Então, vou fazer a entrega deste presente e espero que Vossa Excelência receba com toda esta alegria que lhe é costumeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebo e quero, ao receber o presente do Deputado Valdir Rossoni, também oferecer a ele um outro presente.

(É feita a troca de presentes)

(Pausa)

Só para entender, Sr. Presidente, o Deputado Valdir Rossoni me deu um telefone, e estou dando a ele o único veículo que ele vai poder fazer a vitória, que vamos conseguir cancelar de 100 milhões, a vitória eletrônica.

Então, vou passar a ele o único veículo que o Governo paralelo vai poder vistoriar.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - A minha sugestão é que ambos os Deputados prestem atenção na Ordem do Dia, e parem de brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos na Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

PFL, PL, PT, PTB, PPB, PDT.

(Todos declinam)

PSDB com a palavra. Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabamos de ver uma troca de gentilezas entre o Líder do Governo Deputado Valdir Rossoni, e o Deputado Luiz Claudio Romanelli, a respeito de algumas questões que ainda vamos ter desdobramentos.

Primeiro, é com relação ao "Disque Quêrcia", que o Romanelli diz que daqui a pouco vai colocar o "Disque Lerner". Depois, é o próprio presente que o Deputado Valdir Rossoni, que vai ver se consegue fazer funcionar o carrinho do Romanelli.

Mas, não venho à tribuna especialmente para fazer estas considerações. Venho, sobretudo, para trazer um fato que já é do conhecimento de todos, que é sobre o programa do PSDB e as consequências que isto gerou, especialmente no Judiciário, e até o ponto em que a justiça teve que assegurar um programa gratuito que a lei dos partidos estabelece, e que nós, o PSDB, precisou ir às barras da justiça para poder fazer valer este direito.

Então, passaria, se me permite a Presidência da Casa, a ler o meu pronunciamento:

(Lê): Algo de muito estranho vem acontecendo na política do Paraná nestes últimos tempos.

O Senador Osmar Dias, há poucos dias, ocupou o espaço de seu partido, o PSDB, para esclarecer a população acerca da verdadeira situação econômica do Estado, e para estabelecer o confronto bilateral de dados e opiniões, exigência básica de qualquer processo político democrático. E eis que o PFL representa contra o Senador, acusando-o de haver desvirtuado o programa por tecer considerações ofensivas à atual administração do Estado.

Logo em seguida, o mesmo PFL ingressa com nova representação, desta vez considerando que o programa do PSDB fôra desvirtuado por haver mostrado as obras realizadas por uma de suas maiores lideranças, Alvaro Dias, à época em que foi Governador.

E mais ainda, ingressou o PFL com Medida Cautelar para, pasmem, retirar do ar o próximo programa do PSDB, me-

dida felizmente denegada por judiciosa sentença da Justiça do Paraná, através do Meritíssimo Corregedor da Justiça Eleitoral.

Três medidas seguidas adotadas contra o PSDB pelo PFL paranaense, hoje presidido pelo Dr. José Carlos Gomes de Carvalho, colega de governo do Senador Osmar Dias, quando ambos foram Secretários de Estado na gestão Alvaro Dias. Três medidas que deixam a classe política e a população paranaense pensando: o que teme o Governo Lerner? Do que tem medo? Por que querer silenciar a voz crítica, porém serena, do PSDB do Paraná?

Indigna-se o PFL contra o que chama de "desvirtuamento" dos programas políticos do PSDB. O que seria tal "desvirtuamento"?

Seria, porventura, a demonstração clara, feita pelo Senador Osmar Dias, de que o Governo do Estado esconde fatos de interesse de toda a população, tratando como segredo o que constitui matéria de interesse público? Ou seria desvirtuar o programa esclarecer à população a grave situação das finanças públicas, que impedem até o Governo do Paraná de retirar os empréstimos já contratados, mas pelos quais deve pagar multa de permanência, por falta de saque?

Seria ofensivo à Administração Pública do Paraná mostrar as realizações feitas por um dos filiados e hoje figura de proa do PSDB do Paraná? Ofende-se o atual Governo do Estado com as obras e realizações de Alvaro Dias Governador? Machuca a honra e fere a susceptibilidade do Governo do Estado dos investimentos em estradas, na construção de hospitais e postos de saúde, na reforma das escolas, na abertura de centenas e centenas de quilômetros de estradas vicinais para escoamento da sagra, na atuação firme e presente a favor dos pequenos agricultores, feitos pelo Governo Alvaro Dias? Dói na sensibilidade da atual Administração a execução de obras portentosas, como Salto Segredo, a um custo baixíssimo, em meio a tantas e tantas denúncias de superfaturamento que grassavam pelo país?

Que coisa estranha ver o PFL, presidido por quem contribuiu para tais realizações e que, à época, ocupando o cargo de Secretário da Indústria e Comércio, anunciava a vinda ao Paraná de - prestem bem a atenção - uma empresa por dia, entender que isso "denigre a atual Administração!" Mais estranho é ver que, transcorrida já uma década sob a égide de uma nova Constituição, permanecem, arraigados,

os resquícios da prática autoritária daquele que foi um dos períodos mais negros da nossa história.

É compreensível, no entanto, que muitas ainda assim reajam. Como diz o provérbio popular, "o uso do cachimbo é que faz a boca torta". Não é possível esquecer que muitos dos que hoje fazem parte do grupo que comanda o Governo do Estado surgiram, politicamente, à sombra dos Governos Militares. Não puderam experimentar a democracia dos que viveram no País antes do Golpe, e nem tiveram de lutar e se expor para defender os ideais de liberdade durante os anos terríveis do silêncio e das prisões, da qual o nosso Presidente Anibal Khury foi uma das suas vítimas. Sua vida política fez-se na crença de que a censura era uma das atividades naturais do Estado e que a crítica era atividade de uns poucos ressentidos que não entendiam a magnitude e o desprendimento dos donos do poder! Por isto, sentem hoje imensa dificuldade em conviver com a transparência, com a publicidade e com a clareza que a Democracia exige de seus governantes. Pensam como pensava Goebbels ao escrever, em seu romance "Michael", que "as pessoas não querem nada, exceto ser bem governadas", numa versão nazi-fascista do "Panem et Circenses" dos Imperadores da Roma decadente. E confundem a publicidade, que a Constituição exige do Poder Público, com propaganda que despejam, com gastos milionários, diante da população que a tudo assiste perplexa.

Confundem crítica com ofensa. E, o que é mais grave, confundem debate democrático com censura. No entanto, a crítica faz o confronto da realidade com uma determinada hierarquia de valores ou determinados ideais, e assim se expõem, publicamente, ao debate e ao contraditório, assumindo a responsabilidade pelo que escreve ou fala. Já os que traduzem crítica por ofensa, pretendem calar o contraditório, estabelecendo a censura, sempre anterior à própria obra, e exercida no segredo das repartições oficiais, dos conchavos e do anonimato, lá onde a responsabilidade se dilui e desaparece.

É preciso que esta situação tenha um fim. O Poder Judiciário, assim como soube proceder com equidade e sabedoria na denegação da Medida Cautelar, saberá estabelecer os entornos da liberdade de crítica e de opinião, contra aqueles que pretendem calar a voz da oposição, fantasiando uma unanimidade que só pode ser imaginada pelos autocratas. Se, como diz o ditado chinês, "o homem inteligente é aquele que

descobre o óbvio", o povo do Paraná saberá enxergar além da cortina do marketing que esconde a realidade na neblina da irrerealidade, exercitando seu espírito crítico, seu discernimento, e principalmente, sua liberdade de pensar e analisar.

O que é a verdade? Indagava Pilatos a Cristo. E este não respondeu. Acreditamos que não compete aos donos do poder dar a resposta, pois ela é, no Estado democrático, a busca a quem têm direito cada cidadão. Responder por eles ou no lugar deles, impedindo sua busca, é cassar sua cidadania. E é contra isto que o PSDB se insurge, porque somos um partido que acredita que a principal característica do mundo contemporâneo é a responsabilidade. Responsabilidade dos governantes em ser transparentes e dar explicações de seus atos. Responsabilidade da oposição em questionar e levantar dúvidas. E, acima de tudo, responsabilidade de cada cidadão em exigir que sua cidadania seja respeitada por uma Administração límpida, transparente e, no seu pleno sentido, pública".

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

Quero dizer a Vossa Excelência que lhe tenho um profundo respeito, mas não concordo com nenhuma vírgula que Vossa excelência falou aí. E, neste campo da honestidade que Vossa Excelência se referiu, fazendo referências ao nosso Governo, quero dizer que não temos em nenhum momento fazer aqui um debate sobre esta questão.

Sobre a questão das obras do então Governador Álvaro Dias, que Vossa Excelência também se referiu, quero dizer que conheço essa história de obras, principalmente na Região Sul do Estado do Paraná, onde o ex-Governador Álvaro Dias se especializou em colocar placas em obras feitas pelo ex-Governador José Richa.

Gostaria que Vossa Excelência, como líder e amigo do então ex-Governador, tivesse também a oportunidade de ir ao Município de Guaíra, e aproveitasse para filmar a Ponte de Guaíra, que por incrível que pareça, nessa ponte também tem uma placa do ex-Governador Álvaro Dias, e até hoje a obra não está terminada. Só para contribuir, de repente, o programa poderá ficar mais completo nesta obra

Curitiba, quarta, em 19.11.97

tão importante de Guaíra, que só tem a placa e tivemos que construí-la.

E na minha região poderia até citar uma dezena de obras que foram executadas pelo Governador José Richa, e que no outro dia, como o Governador José Richa não teve tempo de inaugurá-las, foi colocada a placa do então Governador Álvaro Dias.

Só para contribuir com o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, respondendo ao Deputado Valdir Rossoni, a quem também nutro respeito e cordialidade, gostaria de dizer que Governo é continuidade. Mas esta continuidade estranha, quanto à colocação de placas, Deputado Rossoni, também ocorreu no mês de janeiro de 1995, assim que o Governador Jaime Lerner assumiu o Governo, com relação à obra realizada pelo Governo Requião - Mário Pereira, em Rolândia. Lá estava, todo fegoso, nos primeiros dias de janeiro, o Governador Jaime Lerner, inaugurando uma obra que foi fruto do Governo Requião - Mário Pereira. Assim também estavam todos fegosos os representantes do atual Governo, quando em janeiro inauguraram a balsa que faz a passagem do Rio das Onças, entre Barbosa Ferraz e Godoy Moreira. E não vi, em nenhuma dessas situações, serem falados ou mencionados os nomes dos ex-Governadores que realizaram estas obras. Estas obras foram resultado de um trabalho exercitado e árduo de governos anteriores.

Mas, para completar, Sr. Presidente, gostaria aqui de ler 10 itens para reflexão do Plenário. O Senador Osmar Dias e o Senador Requião têm sido muito criticados com relação aos empréstimos do Paraná. Acho que temos algumas coisas para clarear e vou tentar, através dessas 10 questões que coloco à bancada de defesa do Governo.

(Lê): "Sobre os empréstimos e o Senado:

1. O Senado pode votar um pedido de empréstimo sem analisar se o Estado poderá pagá-lo depois?

2. O Senador pode dar parecer sem conhecer a situação financeira do Estado?

3. O Senador pode conhecer a situação financeira do Estado se o governo negar-se a apresentar os balanços do ano anterior?

4. Se a Lei determina que o Estado não pode gastar mais que 60% de suas receitas líquidas com a folha de pessoal, o Estado gasta mais de 90%, ele está cumprindo a lei?

5. Se o Banco Central deu parecer contrário à contratação de novos empréstimos pelo Paraná, pode o Senado votar favoravelmente e empurrar o Estado para a insolvência?

6. Na administração pública pode haver negócios sigilosos cujos detalhes são proibidos ao povo que paga os impostos?

7. Pode um Governador negar informações sobre as contas do Estado ao Senado, ao Banco central e ao povo do seu Estado?

8. Se um Estado estiver pagando multa por não estar aplicando recursos de empréstimos já contratados, deve contratar outros empréstimos?

9. Um Estado que empresta dinheiro público a empresas sem juros e sem correção monetária, para começar a receber só daqui há 10 anos, deve contratar empréstimos pagando correção cambial mais juros?

10. Pode um Estado gastar o mesmo volume de recursos com propaganda e com saúde?"

Estas são as indagações que fazemos e daí a atitude dos nobres Senadores Requião e Osmar Dias - especialmente o Osmar - que tem se estabelecido estritamente daquilo, que são as informações legais que o Estado do Paraná tem cumprido.

O Sr. Élio Rusch - Na verdade, os empréstimos externos para o Estado do Paraná, já foram amplamente debatidos aqui na Assembléia e na imprensa do Estado. Só lamentamos profundamente, Deputado José Maria, que quando os dois Senadores do Estado do Paraná aprovam empréstimos para outros Estados - como comprovou na semana passada o ilustre Deputado Horácio Rodrigues, que tem apresentado os documentos e contra esses documentos apresentados por esse Deputado, não tem como queremos esconder a realidade. Infelizmente os dois Senadores do Paraná aprovaram empréstimos para outros Estados e não para o Paraná.

Até podemos concordar - e o próprio Governador do Estado do Paraná sempre foi claro - desde que seja exigido para o Estado do Rio Grande do Sul, para Minas Gerais, para o Rio de Janeiro, para São Paulo, para os outros Estados que também pegaram esse empréstimo, desde que sejam exigidos os mesmos documentos. O Estado do Paraná nunca se negou, ele fornece. Mas, lamentavelmente só foi exigido para o Estado do Paraná, não se exigiu para os outros Estados.

Sabemos o que está acontecendo hoje no cenário nacional - o Governador do Estado do Paraná esteve semana passada em Brasília, está hoje de novo - e com toda a certeza, Deputado José Maria, hoje o Governador tem um respaldo muito forte lá em Brasília, que são as próprias Lideranças do PFL hoje, que querem defender o Paraná - já que os nossos Senadores do nosso Estado não defendem, o PFL a nível nacional está defendendo o Paraná.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Só gostaria que depois essas mesmas lideranças defendessem o Tesouro Estadual quanto ao pagamento que está para ser feito, porque só o nível de endividamento desse Governo, supera todos os outros três anteriores.

O Sr. Élio Rusch - E é 17 vezes menor do que do Rio Grande do Sul, onde nossos Senadores aprovaram.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Não sou Deputado pelo Rio Grande do Sul, sou sim Deputado pelo Paraná, igualmente Vossa Excelência...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concedo o Horário do PMDB ao Deputado José Maria Ferreira, para concluir seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário concedido.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Concedo um aparte ao Deputado Péricles Mello.

O Sr. Péricles Mello - Deputado José Maria, parabéns pelo seu pronunciamento.

Estamos vivendo uma época histórica, que está invertendo todos os valores que fizeram a todos fazermos política e acreditarmos minimamente na capacidade do Estado.

Veja bem, Deputado, a Constituição do País coloca no Artigo 5º, que é a cláusula pedra da Constituição, o direito à informação para os cidadãos brasileiros, quanto mais para um Deputado, que é representante de um mandato coletivo, ou um Senador, que é também representante por coletividade. Na Constituição deste País está escrito que a administração pública deve se pautar pela impessoabilidade, moralidade, legalidade e publicidade. Agora, pergunto-lhe se o Governador de um Estado tem o arbítrio para dar dinheiro

a quem ele quiser, sem nenhuma regulamentação.

O Sr. Jaime Lerner pode chamar 20 empresas e renegociar. Vai dar para Renault, 400 milhões de reais; para a Detroit, 10 milhões, em 10 anos sem juros e correções monetárias. Quem não garante que ele vai pegar 10% para ele e para seus apaniguados? A impessoabilidade existe para impedir a suspeição e corrupção pública. É para isso que existe o critério da impessoabilidade.

Agora, quando o Governador escolhe ao seu belprazer a empresa que ele quer dar dinheiro, quanto dinheiro ele quer dar, dinheiro público, esse caráter de impessoabilidade acabou e a suspeição se coloca sobre o Governo. Ele pode negociar das formas mais absurdas o dinheiro público.

Ligado a isso, Deputado, está justamente o critério da publicidade. E tem que existir critérios para dar recursos para as empresas. Critérios limpos, transparentes, claros, para que não possa haver impessoabilidade, suspeição sobre o Governo, e tem que haver publicidade por isso mesmo.

Agora, não podemos entender, que os Deputados, que o Governo tem uma coragem de vir criticar Senador que nada mais faz do que cumprir o que está escrito na Constituição. É uma responsabilidade social, política e ética. E vem com essa "lenga-lenga", que nem criança do primeiro ano primário acredita. Ora! Dizer que precisa esconder, porque se não as empresas negociam com os outros Estados, isso é vergonhoso! Uma empresa como a Renault vai regatear com vários Estados. Ela vai chegar para o Rio Grande do Sul; e vai dizer: "olha! No Paraná me dão tanto! Se o senhor me dá mais, venho para o Rio Grande do Sul".

Então, essa transparência - isso é um absurdo, nem criança acredita numa conversa dessas. Não existe! Existe o segredo para nós e para o povo. Mas nos negócios feitos com as montadoras não existe segredo, porque elas têm interesse no melhor para elas, ganhar mais dinheiro. Isso é um absurdo!

Acho que o povo deste Estado tem que saber julgar o que está acontecendo. Podemos dizer em função disso, que é um Governo corrupto. Mas me parece que a corrupção virou coisa de chacota. A corrupção virou uma coisa que denunciávamos, que fazia as pessoas se indignarem, virou um motivo de risos, de troca de presentes no Plenário da Casa, Srs. Deputados. Acho que isso é indignação, é ferir todos os princípios que sustentam ainda aqueles que

acreditam que o Estado intermedie os interesses sociais com uma mínima margem de neutralidade.

É lamentável o que está acontecendo no Paraná.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Muito obrigado pelo aparte, Deputado Péricles, tão bem representando nossa Cidade de Ponta Grossa.

Mas digo mais! Digo que o que o Osmar tem feito junto com o Senado, é de procurar, meu nobre Carlos Zuk, fazer cumprir a lei. E a lei não pode ser desdenhada, não pode ser escrachada, porque senão estamos escrachando a própria população do nosso Estado.

Essa administração comprometeu exaustivamente o futuro deste Estado. Não podemos dizer que tivemos governos ruins. Tivemos governos que avançaram mais e outros que avançaram menos. Mas nem aqueles que avançaram menos comprometeram o futuro deste Estado. E com certeza, este Governo compromete violentamente o futuro do Estado do Paraná, com relação ao nível de endividamento do nosso Estado, ao nível de empobrecimento e vendas dos nossos ativos. É só olhar os últimos balanços de 95 e 96, de que 1 bilhão vindo da COPEL foram gastos, não sabemos, esta Casa não sabe onde foi aplicado 1 bilhão. Venda das ações da COPEL. E precisamos conhecer.

Conhecemos as dificuldades do Governo. Sabemos que vivemos um momento difícil, um momento de repensar a questão pública, mas não podemos fechar e tapar os olhos e admitir que o Paraná vai bem. Ora! Não vai bem! Já disse, vamos ver este Estado fazendo obras nessa administração e tendo dificuldades extremas para pagar salários, porque salários não podem sair de vendas de estatais. Salário não pode vir de vendas de ativos, salário tem que ser arrecadação, e a arrecadação observamos que a cada dia o Governo não consegue alavancar, mas está a financiar as empresas sem o conhecimento da população. Sem saber a quem está se destinando.

O Deputado Péricles levanta uma causa, é grave, quando diz que é corrupto e que está dando partes, não posso dizer isso, mas com certeza, posso também levantar dúvidas quanto à correção, quanto à firmeza, quanto à linha de interesses, se é linha de interesses do Paraná ou se é linha de interesses deste, e tão somente deste Governo.

Esta é a questão que deixamos aqui, e agradeço ao Sr. Presidente pela tolerância do tempo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou usando o Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores, para falar em nome da nossa bancada, da importância desta semana. Esta semana é a Semana Nacional da Consciência Negra, e amanhã é a data do assassinato de Zumbi.

Achamos que é importantíssimo que se faça esse debate da questão do preconceito e do racismo no nosso País. E às vezes, queremos acreditar que é involuntariamente, a Secretaria de Educação, ao adotar este livro "Brasil, uma História em Construção", estivesse fortalecendo o preconceito e o racismo. Neste livro existe um capítulo chamado "Os Pés e as Mãos do Senhor", que faz uma abordagem da história do nosso País. Uma abordagem que, ao ler o texto, compreendemos que ele é crítico. A questão como foram tratados os negros do nosso país, dá-se a impressão que ele não é um livro racista. Porém, ele reproduz alguns versos, quadrinhas e provérbios que levaram o Movimento Negro a condenar este livro.

Inclusive foi solicitado por um promotor o recolhimento deste livro, de todas as escolas públicas. Um livro que foi adotado para 5ª e 8ª séries, um período em que a criança está em formação, não tem uma consciência crítica sobre a história nacional e sobre o que sofreu a raça negra. E, ao trazer alguns provérbios, algumas quadrinhas isoladamente, fora do contexto, a criança branca passou a usar esses versos contra os meninos e as meninas negras dentro da escola, contribuindo com o preconceito.

Não quero dizer com isso, que os autores e a Secretaria de Educação desejaram, mas é importante que, ao adotar um livro, os pedagogos da Secretaria de Educação façam uma análise do conteúdo do livro e de como pode ser usado esse livro por aqueles que não possuem a consciência crítica.

Boa parte dos professores não adquiriu a cultura de combate ao racismo. Não quero dizer todos, mas boa parte dos professores não têm consciência do preconceito que ele tem dentro de si, em relação àqueles da raça

negra. Por não terem essa consciência, não sabem, não conseguirão fazer uma leitura crítica desse livro.

É importante que a Secretaria de Educação recolha, como já deve estar recolhendo, mas mais do que isso, trabalhe pelo fim do preconceito e do racismo que nós brancos temos em relação aos negros.

Temos que fazer a autocritica e também criticar a sociedade branca, que hoje olha os negros e as negras como raça inferior. E, esses versinhos que não vou ler aqui, porque vejo que são imbuídos, mesmo com a minha visão crítica, de um grande preconceito e de grande racismo, que acabam sendo incorporados ainda mais pelas crianças brancas, que não possuem o poder de crítica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Volto à tribuna, porque ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado José Maria Ferreira, e o Deputado fez com que as pessoas que têm conhecimentos do passado deste Estado recordassem algumas medidas, que queremos aqui ressaltar e mostrar que a prática está longe do discurso.

O pronunciamento do Deputado José Maria - e ele é um rapaz sincero, pessoa honesta, mas é de uma insensatez - talvez eu precisasse de várias horas para falar de tudo o que teríamos que falar.

Só queria lembrar ao Deputado Jose Maria, que no Governo Álvaro Dias, Srs. Deputados, é importante isso aqui, eles alegam tanto que o Governo do Paraná não mostra os protocolos. E quero dizer que no Governo Álvaro Dias entrou com um mandado de segurança, para não mostrar convênios e protocolos à Assembléia Legislativa do Paraná, e o Ministro Caloti deu seu parecer favorável, deu a liminar.

Ora, de repente vejo aqui o líder do partido do ex-Governador Álvaro Dias, exigindo o que eles no passado entraram na Justiça para não mostrar. Então, acredito que é, no mínimo, uma incoerência.

A outra questão que quero aqui discutir com o Deputado, quando ele fala que este Governo foi o Governo que comprometeu o futuro deste Estado, os Deputados sabem muito bem que não é verdade. Deputado, só quero dizer a

Vossa Excelência que o nosso Governo Jaime Lerner - é importante os Srs. Deputados terem esses números - somente neste ano o Governo Jaime Lerner pagou de empréstimos de governos anteriores, mais de 165 milhões de dólares. Não contraiu empréstimos, porque não foram autorizados pelo Senado.

Aí está a segunda contradição: mais pagamos do que recebemos. Pagamos dívidas de governos anteriores, mais de 165 milhões de dólares, aí vem o ilustre Deputado falar sobre a questão da venda das ações da COPEL. Vejam a diferença que existe entre nós e eles: procedimento do nosso Governador Jaime Lerner e o procedimento do PSDB de São Paulo. Enquanto o Governo Jaime Lerner vende parte das ações e fica com o controle acionário dessa empresa importante que é a COPEL, o Governador do Estado de São Paulo privatiza a sua empresa de energia elétrica e nem por isso ele deixa de ser honesto.

Acredito que o Deputado José Maria tem que afinar o seu discurso com o Governo Fernando Henrique Cardoso. O Presidente da República é o que mais fala em privatização neste País. Faz parte do seu governo, privatizar. E de repente, vejo aqui o líder do seu partido falar isso.

Temos que agir e discursar.

Observei no pronunciamento do Deputado José Maria, o meu está sendo de improviso, o dele foi de encomenda, porque ele fez uma leitura e não sei ler o pensamento das pessoas. Mas, dentro do meu íntimo, tenho certeza que muito do que o Deputado falou, ele mesmo não concorda, mas veio escrito e ele aqui fez a leitura do seu pronunciamento.

Ora, Deputado! Não vi o seu grande líder, o ex-Governador Álvaro Dias, em nenhum momento levantar a voz contra a privatização da TELEBRÁS, aonde está inclusa a TELEPAR. Não vi, e assisti esta semana ainda, um pronunciamento dele, uma entrevista na televisão, aonde ele era e é favorável à privatização da TELEBRÁS, e também à privatização da TELEPAR.

E diga-se de passagem, se quiséssemos aqui ser levianos, levantaríamos suspeitas!

A TELEPAR, este ano, segundo o que ele disse na televisão, está investindo 500 milhões de dólares. Ora, se está investindo para privatizar, é algo assim que poderia levantar suspeitas, mas acredito que temos que ser responsáveis. Não é em cima de dúvidas, de interpretações, sem nenhuma consistência, como fez o ilustre Depu-

tado Péricles, querendo taxar o nosso Governador de corrupto.

Já fiz um desafio e volto a fazê-lo. Fazer um desafio a qualquer Deputado, que traga aqui uma ação de corrupção deste Governo. E disse aqui e reafirmo: qualquer ato de corrupção deste Governo, que venha através de um Parlamentar desta Casa a ser aprovado, as medidas serão tomadas por este Governo. Agora, não podemos ficar no discurso fácil, e tenho desafiado...

(Tumulto)

Gostaria que Vossa Excelência tivesse a elegância de deixar eu terminar o meu pronunciamento.

O Sr. **Ângelo Vanhoni** - Se o senhor prometer que vai investigar, trago as provas, documentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Peço aos Srs. Deputados que respeitem o Regimento Interno.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Vossa Excelência não prova com documentos, porque há muito tempo venho, nesta Casa, pedindo documentos, porque para mim seria consagrador poder levar ao Governador as provas e pedir a demissão do funcionário. É esta minha atitude como Líder do Governo.

Para encerrar o meu pronunciamento...

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - O seu tempo está esgotado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, quando o Deputado José Maria Ferreira fez o seu pronunciamento, eu ouvi. Pedi o aparte no momento em que ele me concedeu, aí fiz o meu aparte e respeitei. Agora, cada vez que venho fazer um pronunciamento para contrapor, tenho dificuldades de fazer o meu pronunciamento, porque lá do outro lado acontece um desespero, porque vimos aqui mostrar a realidade, mostrar fatos, mostrar comparativos, e realmente eles entram em estado de loucura.

E a outra questão, o Deputado se referiu que não foram prestadas as informações à Assembleia Legislativa sobre a questão das ações da COPEL. Estou com o relatório em mãos, que foi encaminhado ao Presidente da Assembleia.

O Sr. **José Maria Ferreira** - O Deputado inicia a sua argumentação dizendo que o Estado do Paraná não está comprometido.

O SR. VALDIR ROSSONI - Deputado, não disse que o Paraná não tem compromettimentos de dívidas. Vossa Excelência afirmou na tribuna que quem comprometeu este Estado, foi este Governo, e isso não concordo com Vossa Excelência.

O Sr. **José Maria Ferreira** - E reafirmo isso, porque em 1994, a receita do Estado do Paraná era 2 bilhões e 39 milhões de dólares. E hoje, no exercício de 1996, foi quase para 200 milhões de dólares. E não estamos observando o dinheiro que está sendo empregado nas obras.

Não disse que sou contrário, Sr. Deputado Valdir Rossoni, à privatização. Sou contrário, sim, à falta de transparência de onde foi aplicado 1 bilhão de reais. Isto sim, é o que estamos cobrando, porque o Estado do Paraná, através do seu Governador, e nesta Casa através da Liderança, apresentei à esta Casa que representa o povo, onde foi consumido 1 bilhão de reais.

Vossa Excelência disse que o Estado do Paraná pagou 165 milhões de dívidas. É verdade! Agora, o senhor esqueceu de dizer quanto recebeu de retorno do PRAM, PIM, CURA, PEDU, é isso que dá muito mais do que este valor. O senhor esqueceu de falar.

O senhor falou sobre São Paulo. São Paulo fez, sim, uma privatização, mas gastou 20 milhões de dólares com propaganda, enquanto nós gastamos 100 milhões de dólares.

Obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Encerrado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. **ÂNGELO VANHONI** - Deputado Valdir Rossoni, estou com as provas. O senhor recebe as provas?

Tenho aqui as provas e gostaria de ler para todo mundo saber.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, entrou o Deputado Ângelo Vanhoni. Gostaria que Vossa Excelência me deixasse encerrar o meu pronunciamento, e Vossa Excelência terá oportunidade de conversar comigo logo após o meu pro-

nunciamento. Mas não é possível que Vossa Excelência não me deixe encerrar o meu pronunciamento.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o tempo de Vossa Excelência.

Vamos passar para a Ordem do Dia.

O Deputado Vanhoni vai entregar...

O SR. ÂNGELO VANHONI - Não. Vou ler na tribuna, Sr. Presidente, porque o Deputado Valdir Rossoni, acho que tem que ter um pouquinho de gentileza, porque o senhor fez um desafio e o senhor tem que honrar a sua palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sempre honrei.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Então, vai honrar novamente. E vai honrar a sua palavra, escutando, porque o senhor fez um desafio que se alguém apresentasse alguma prova de ato de qualquer corrupção, com provas, e tenho aqui os documentos que são do Governo do Estado, a respeito da má prestação do dinheiro público.

Quero ver quais as atitudes que o senhor vai tomar, enquanto Líder do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI - Com provas, não tenha dúvidas.

Entrou em loucura o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembleia e em Avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados.**

Projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputado Élio Rusch e Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Meivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2812, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando a prorrogação do prazo de entrega das emendas ao Orçamento do Estado, até as 18:00 horas do dia 24 de novembro de 1997. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2825, de autoria do Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, constante do expediente, solicitando nova prorrogação até o dia 25 de novembro do corrente ano, do prazo para entrega das emendas do Projeto de Lei nº 492/97, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1998. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2830, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2834, de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação do Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, sobre as demais emendas ao Projeto de Lei nº 414/97. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, acima aprovado:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa as tabelas dos atos judiciais no Estado do Paraná, na forma da Lei nº 6149, de 09 de setembro de 1970. COM PARECERES DA C.C.J. E

C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL E EMENDAS DA
C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL E EMENDA DE
PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J.. EM
REGIME DE URGÊNCIA.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO
DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 414/97

Art. 1º - As Tabelas de Custas dos Atos Judiciais, a que se refere o art. 49, da Lei nº 6149, de 09 de setembro de 1970, passam a ser as constantes da Resolução nº 07/95, de 30 de junho de 1995, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com alteração no inciso I, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Estabelecer que o módulo unitário do Valor de Referência de Custas (VRC), a partir da presente data, será igual a 0,075".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS
CAÍTO QUINTANA
JOEL COIMBRA
ADEMAR TRAIANO
SÂMIS DA SILVA
NEREU MOURA

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Inclui parágrafo único ao Artigo 1º do Projeto de Lei nº 414/97, com a seguinte redação:

Art. 1º - ...

Parágrafo Único - As tabelas de Custas dos Atos Judiciais a que se refere o Artigo 1º desta lei, vigorarão com redução de 50% (cinquenta por cento) no primeiro ano, 30% (trinta por cento) no segundo ano, 20% (vinte por cento) no terceiro ano e 10% (dez por cento) no quarto ano.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Renato Adur, Emerson Nerone, Orlando Pessuti e Ângelo Vannahoni.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 414/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, visa fixar as Tabelas de Custas dos Atos Judiciais no Estado do Paraná, na forma da Lei nº 6149/70.

Esta Comissão já se manifestou com relação à matéria, e analisa agora as emendas apresentadas em Plenário.

Assim, somos de parecer favorável à Emenda Substitutiva Geral nº 01, e contrário à Emenda nº 02.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Apoio: Carlos Simões, Caíto Quintana, César Seleme, Plauto Miró Guimarães, Eduardo Trevisan, José Maria Ferreira e Edson Silva Lino.

Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de um pouco de atenção, porque não é fácil de lidar com estas questões de cartório.

Para que Vossas Excelências compreendam, existe uma tabela que foi declarada inconstitucional pelo Superior Tribunal, a pedido da OAB. Esta tabela vigiu até 1995, quando ela passa a ser inconstitucional. A segunda tabela, é uma da Resolução 04/97, que está em vigor hoje. A terceira tabela é uma que o Tribunal de Justiça enviou para cá. A quarta tabela é o Substitutivo do Deputado Eduardo Trevisan. E a quinta, é o Substitutivo que estamos discutindo.

Então, são 05 projetos. Cada um deles contém mais de 20 tabelas com inúmeros itens. Há diferença na discussão que podemos travar. A primeira diferença é que temos que ter um parâmetro para saber, em relação a que estamos votando. Então, quero adotar como parâmetro, entre as 05 propostas, a tabela que ora se encontra em vigor.

No projeto, é dito que o VRC, que serve de parâmetro para os cartórios fazerem a cobrança, passa de 0,057 para 0,075. Isto representa um reajuste em toda a tabela de cerca de 31% e não 24% como está dizendo. Basta fazer a conta. Cerca de 31% de reajuste linear no VRC.

A tabela nº 9, que está em vigor, no seu item 05 - por isso que peço a atenção, é meio difícil - a tabela 09, no item 05, que está em vigor hoje, diz que certidões extraídas de autos, livros e documentos, a primeira folha custa 15 VRC, ou seja, 1 real e 16 centavos. O Substitutivo proposto, comparando com o que está em vigor, passa para 40 VRC's vezes 0,075, são 3 reais, reajuste de 258%.

Vamos para a tabela nº 11: o item 01 da tabela nº 11 - reconhecimento de firma - a que está em vigor, em VRC,

dez; em real, 77 centavos. Substitutivo que temos em mãos, basta abrir. Corre um desdobramento neste item. Se antes, uma simples procuração custava isto, agora são valores diferentes.

Se eu vender o meu carro e for fazer a transferência dele, se o reconhecimento de firma de um documento tiver valor especificado, altera o valor. Hoje, o VRC sem valor especificado no Substitutivo está 21,37, ou seja, 1 real e 62 centavos. Um reajuste num reconhecimento de firma simples, sem valor declarado, de 47,8%. Com valor declarado, o reajuste passa a ser de 424%, porque vai para 32 reais e 70 centavos.

Ainda nesta tabela, chamo a atenção no item 03. O item 03 da tabela nº 11 - procuração - a procuração é dividida no que está hoje em vigor em 03 sub-itens, "ad judice", procuração, incluindo os traslados para fins previdenciários, 30 VRC, "ad judice", 60, outras, 250. Na tabela que temos em mãos, na 11, ela passa a procuração que antes variava de 30 a 60, a 250, elas passam, todas elas, a 384 VRC's.

Então, aí o reajuste chega a ter uma variação maior na procuração, podendo variar desde 142% para o maior valor, até 1.100% no maior valor.

Então, Srs. Deputados, poderíamos ficar aqui levantando itens de várias tabelas. São 20.

Em Sessões anteriores, ocupei esta tribuna questionando estes valores e propusemos, naquele momento, em nome da Bancada do PT, e queremos aqui novamente reforçar, a nossa Bancada não é contra que cartórios cobrem pelos serviços que efetuam. A nossa bancada não é contra que se reajuste serviços de cartórios, se estão defasados. Mas, a nossa bancada é contra que se aprove projeto de lei, aonde se corrige os valores de custas judiciais, extrajudiciais, sem nenhuma discussão detalhada dessas tabelas.

Queremos dizer o seguinte: em nome da bancada, se o que está em vigor hoje é inconstitucional, que precisa de correção, vamos aprovar a tabela que está em vigor, e a partir dela constituirmos uma Comissão de Parlamentares de todos os partidos, refazemos os valores condizentes com a realidade. Não é possível fazer correções como estão sendo feitas. Tenho que ter um parâmetro. Não adianta fazer como parâmetro aquela tabela que foi declarada inconstitucional. Tenho que ter como parâmetro o que está em vigor, hoje. Esse foi o acordo feito entre a OAB, o Tribunal de Justiça e outros segmentos da sociedade, para

que ela vigorasse enquanto não fosse aprovada a lei aqui nesta Casa.

Desejamos discutir a lei. Na vez anterior, em nome da bancada, levantamos essas questões. Saiu da Ordem do Dia, infelizmente, porém, não tivemos o debate merecido da C.C.J.. Esse Substitutivo foi publicado na Ordem do Dia, hoje, às 10:30 da manhã, quando pegamos, e as 13:30 já estávamos reunidos na C.C.J..

É impossível, para nós do Partido dos Trabalhadores, votarmos favoráveis. Não votaremos favoráveis, porque não dá para fazer os reajustes como estão colocados. Poderia aqui levantar valores em todas as tabelas que deu tempo de analisar, porque nem analisei todas, por causa do tempo. Em cima da hora, quando muda o VRC, e o VRC não mudou com correção de 24%, não, o reajuste do VRC é em torno de 30%, se comparado com o VRC que foi declarado, com aquela tabela que foi declarada inconstitucional. Se comparado com o VRC que está em vigor hoje, que é de 0,077, podemos dizer que houve um decréscimo, se comparado com esse; mas só que quando vai analisar o valor do documento requerido, houve um acréscimo no percentual.

Quer dizer, é difícil compreender, são 05 tabelas que teriam que ser analisadas e comparadas, e não dá para fazer isso na C.C.J., da maneira que foi tramitado, lá, e não está dando para fazer isso no nosso Plenário, porque a maioria dos nossos Parlamentares, por mais interesse que tenha, pegou essa tabela hoje, às 10:00, 11:00, meio-dia, e não conseguiu sentar e comparar com as que estão em vigor.

Pego ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados, para que todos não aprove-mos esta tabela, passemos a discutir valores realistas comparado com o valor que está em vigor. Se for o caso da urgência, aprovamos e legalizamos a tabela hoje que está em vigor, e façamos essa discussão, aonde todos podemos discutir.

Cartório, Srs. Deputados, não independe de classe social. Desde o dia que nasci, até o dia que morri, vou precisar do cartório. Seja porque alguém vai me registrar quando nasci, ou no dia que morri, que vai também alguém registrar, porque não vai dar para fazer o registro de óbito. Mas tem que ir, seja o dia em que case, ou o dia que vou reconhecer firma, por qualquer razão. Então, todos usam.

Disse o Deputado Caíto Quintana que é favorável à estatização dos cartórios. A Bancada do PT já apresentou

a proposta na época da Constituição, de estatização de cartórios. Não foi aprovada, eles existem. Então, vamos fazer os valores reais que o povo possa arcar.

Nessa proposta econômica está além disso, cartório civil, cartório de família, são cartórios que não pagam aluguel, estão dentro do fórum, não pagam água, não pagam luz.

Está sendo mantido numa das tabelas das oficiais, o chamado acordo entre o advogado e o oficial. Entro com uma ação contra qualquer cidadão, ganhei essa ação, o interesse meu é que aquele cidadão seja intimado, e o oficial só comparece se fizer acordo comigo, cobrando "por fora". Está mantido nessa tabela.

Diz o oficial de justiça, que tem salário muito pequeno e que não dá para ele executar, intimar o cidadão que perdeu a ação. Pois, então, discutamos um percentual para que ele pague o transporte coletivo ou que ele vá de carro se o Tribunal de Justiça não ajudar. Mas, qual é o valor do "por fora"?

Não podemos manter esses tipos de distorções numa lei que vamos votar nesta Casa. Estou falando não é em nome de minha pessoa, é em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Fazemos este apelo. Somos favoráveis a valores dignos, justos e corretos e queremos discuti-los, mas da maneira que veio, votaremos contrário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De acordo com o requerimento aprovado, vou submeter a votos o Substitutivo de Plenário, de autoria do Deputado Caio Quintana, com parecer favorável da C.C.J..

A Mesa comunica, apesar de ter autorização para uma Sessão Extraordinária, só voltará a segunda votação do Substitutivo, amanhã.

Votação do Substitutivo Geral do Deputado Caio Quintana.

Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Todas as emendas são consideradas sugestões ao Poder Judiciário, visto que a iniciativa é do Poder Judiciário, e foram prejudicadas com a aprovação do Substitutivo Geral.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, quero registrar o voto contrário de toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores, ao Substi-

tutivo aprovado. Toda a bancada é contra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente anotado.

A Mesa convida os Srs. Deputados para a entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Sr. Leopoldo Scherner, com proposição do Deputado Renato Adur, amanhã, às 15:00 horas.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia:

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 642/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 642/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os artigos 207, 209, 210, 211, 237, 247, 253, 256, 261, 262, 265, 270 e 271 da Lei nº 7297, de 08 de janeiro de 1980, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 207 - A prestação jurisdicional no Estado é exercida pelas seguintes autoridades judiciárias, seguindo a competência prevista neste Código:

I - ...

II - ...

IV - 191 (cento e noventa e um) Juizes de Direito de entrância final, sendo:

a) 140 (cento e quarenta) titulares de varas;

b) 51 (cinquenta e um) Juizes de Direito Substitutos;

V - 127 (cento e vinte e sete) Juizes de Direito de entrância intermediária;

VI - 92 (noventa e dois) Juizes de Direito de entrância inicial;

VII - ...

VIII - ...

Art. 209 - É a seguinte a classificação das Comarcas:

I - ...

II - De entrância intermediária:

1. Almirante Tamandaré, 2. Apucarana, 3. Arapongas, 4. Araucária, 5. Assaí, 6. Assis Chateaubriand, 7. Astorga, 8. Bandeirantes, 9. Bela Vista do Paraíso, 10. Cambé, 11. Campo Largo, 12. Campo Mourão, 13. Capanema, 14. Cas-

tro, 15. Cianorte, 16. Colombo, 17. Colorado, 18. Cornélio Procopio, 19. Cruzeiro do Oeste, 20. **Dois Vizinhos**, 21. Francisco Beltrão, 22. Goioerê, 23. Guaira, 24. Guarapuava, 25. Ibatati, 26. Ibiporã, 27. Irati, 28. Ivai-porã, 29. Jacarezinho, 30. Lapa, 31. Laranjeiras do Sul, 32. Loanda, 33. Marechal Cândido Rondon, 34. Marialva, 35. Medianeira, 36. Nova Esperança, 37. Palmas, 38. **Palotina**, 39. Paranaguá, 40. Paranavaí, 41. Pato Branco, 42. Peabiru, 43. **Pinhais**, 44. Piraquara, 45. Pitanga, 46. **Porecatu**, 47. Rio Branco do Sul, 48. Rio Negro, 49. Rolândia, 50. Santo Antonio da Platina, 51. Santo Antonio do Sudoeste, 52. São Jose dos Pinhais, 53. Telêmaco Borba, 54. Toledo, 55. Umuarama, 56. União da Vitória, 57. Wenceslau Braz.

III - **entrância inicial**: 1. Altônia, 2. Alto Paraná, 3. Alto Piquiri, 4. Andirá, 5. Antonina, 6. Arapoti, 7. Barbosa Ferraz, 8. Barracão, 9. Bocaíuva do Sul, 10. Cambará, 11. Campina da Lagoa, 12. Campina Grande do Sul, 13. Cândido de Abreu, 14. **Cantagalo**, 15. Capitão Leônidas Marques, 16. Carlópolis, 17. Catanduvas, 18. Centenário do Sul, 19. Cerro Azul, 20. Chopinzinho, 21. Cidade Gaúcha, 22. Clevelândia, 23. Congonhinhas, 24. Corbélia, 25. Coronel Vivida, 26. Curitiba, 27. Engenheiro Beltrão, 28. Faxinal, 29. **Fazenda Rio Grande**, 30. Formosa do Oeste, 31. Grandes Rios, 32. Guaraniaçu, 33. Guaratuba, 34. Icaraima, 35. Imbituva, 36. Ipiranga, 37. Iporã, 38. **Iretama**, 39. Jaguapitã, 40. Jaguaraiava, 41. Jandaia do Sul, 42. Joaquim Távora, 43. Mallet, 44. Mamborê, 45. Mandaguaçu, 46. Mandaguari, 47. Mangueirinha, 48. **Manoel Ribas**, 49. Marilândia do Sul, 50. Matelândia, 51. **Matinhos**, 52. Morretes, 53. Nova Fátima, 54. Nova Londrina, 55. Ortigueira, 56. Palmeira, 57. **Palmital**, 58. **Paraíso do Norte**, 59. **Paranacity**, 60. **Pérola**, 61. **Pinhão**, 62. **Piraí do Sul**, 63. **Primeiro de maio**, 64. Prudentópolis, 65. Quedas do Iguaçu, 66. Realeza, 67. Rebouças, 68. Reserva, 69. Ribeirão Claro, 70. Ribeirão do Pinhal, 71. Salto do Lontra, 72. Santa Helena, 73. Santa Izabel do Ivaí, 74. Santa Mariana, 75. São Jerônimo da Serra, 76. São João do Ivaí, 77. São João do triunfo, 78. São Mateus do Sul, 79. São Miguel do Iguaçu, 80. Sarandi, 81. Sengés, 82. Sertãoópolis, 83. Siqueira Campos, 84. Teixeira Soares, 85. Terra Boa, 86. Terra Rica, 87. Terra Roxa, 88. Tibagi, 89. Tomazina, 90. Ubiratã, 91. Uraí, 92. Xambrê.

Art. 210 - As Seções Judiciárias são assim constituídas:

25*) Comarcas de Campo Mourão, Mamborê, Peabiru e **Iretama**;

27*) Comarcas de Guarapuava, Palmital, Pinhão, Pitanga e **Manoel Ribas**;

33*) Comarcas de Paranaguá, Antonina, Morretes, Guaratuba e **Matinhos**;

34*) Comarcas de Paranavaí, Alto Paraná, Paraíso do Norte, Terra Rica e **Cantagalo**;

46*) Comarcas de São José dos Pinhais, Piraquara, Campina Grande do Sul, **Fazenda Rio Grande e Pinhais**;

Parágrafo Único - Poderão ser convocados 08 (oito) Juizes de Direito de entrância final para prestar auxílio ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Corregedor Geral da Justiça.

Art. 211 - As Comarcas e seus Distritos Judiciários são os seguintes:

14 - **Barracão**: Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Salgado Filho e São Sebastião da Bela Vista (Município de Salgado Filho), Manfrinópolis, Flor da Serra do Sul e Bom Jesus do Sul (Município do mesmo nome);

20 - **Campo Mourão**: Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Piquirivaí (Município de Campo Mourão), Janiópolis e Arapun (Município de Janiópolis), Farol e Luisiana (Municípios do mesmo nome);

22 - **Capanema**: Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Luiz, Alto Faraday e Cristo Rei (Município de Capanema), Pérola d'Oeste e Conciolândia (Município de Pérola d'Oeste), Planalto, Centro Novo e Valério (Município de Planalto) e Bela Vista do Caroba (Município do mesmo nome);

25 - **Castro**: Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Socavão e Abapã (Município de Castro) e Carambei (Município do mesmo nome);

26 - **Cerro Azul**: Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Doutor Ulysses e São Sebastião (Município de Cerro Azul);

27 - **Chopinzinho**: Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Francisco e São Luiz d'Oeste (Município de Chopinzinho), São João, Vila Paraíso, Dois Irmãos e Nova Lourdes (Município de São João), Sulina e Saudade do Iguaçu (Municípios do mesmo nome);

40 - **Dois Vizinhos**: Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Verê e Sede Progresso (Município de Verê), São Jorge d'Oeste, Doutor Antô-

nio Paranhos, Iolópolis e Sede Nova Sant'Ana (Município de São Jorge d'Oeste), Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu (Municípios do mesmo nome);

42 - **Faxinal:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Nova Altamira (Município de Faxinal), Cruzmaltina, São Domingos e Vila Diniz (Município de Cruzmaltina) e Borrazópolis (Município do mesmo nome);

46. **Goioerê:** compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de: Jaraçatiá (Município de Goioerê), Moreira Salles e Paraná d'Oeste (Município de Moreira Salles), Rancho Alegre do Oeste e Quarto Centenário (Municípios do mesmo nome);

47 - **Grandes Rios:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ribeirão Bonito (Município de Grandes Rios), Rio Branco do Ivaí e Rosário do Ivaí (Municípios do mesmo nome);

49 - **Guarapuava:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Carro Quebrado, Palmeirinha, Guairacá, Morro Alto, Entre Rios, Boqueirão e Guarã (Município de Guarapuava), Cândói e Paz (Município de Cândói), Turvo, Campina do Simão e Foz do Jordão (Municípios do mesmo nome);

53 - **Imbituva:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Apiabá (Município de Imbituva), Ivaí e Bom Jardim do Sul (Município de Ivaí) e Guamiranga (Município do mesmo nome);

57 - **Ivaiporã:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alto Porã e Jacutinga do Ivaí (Município de Ivaiporã), Arapuã e Romeópolis (Município de Arapuã), Jardim Alegre, Lidianópolis e Ariranha do Ivaí (Municípios do mesmo nome);

64 - **Laranjeiras do Sul:** Compreendendo a sede e Distritos Judiciários de Nova Laranjeiras, Herveira, Guarani e Rio da Prata (Município de Nova Laranjeiras), Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu e Marquinho (Municípios do mesmo nome);

66 - **Londrina:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaravera, Irerê, Lerro Ville, Paiquerê, São Luís, Maravilha e Warta (Município de Londrina) e Tamarana (Município do mesmo nome);

75 - **Medianeira:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Serranópolis do Iguaçu e Missal (Municípios do mesmo nome);

80 - **Palmas:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Francisco Frederico, Teixeira Guimarães e Padre Ponciano (Município de Palmas).

Coronel Domingos Soares e Ubaldo Taques (Município de Domingos Soares);

86 - **Paranaguá:** Compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Alexandra (Município de Paranaguá);

88 - **Pato Branco:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Itapejara do Oeste, Bom Sucesso do Sul e Vitorino (Municípios do mesmo nome);

90 - **Pérola:** Compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Esperança Nova (Município do mesmo nome);

92 - **Piraquara:** Compreendendo o distrito da sede;

93 - **Pitanga:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Maria do Oeste e São José (Município de Santa Maria do Oeste), Mato Rico e Boa Ventura de São Roque (Municípios do mesmo nome);

95 - **Porecatu:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mirassol, Florestópolis e Prado Ferreira (Municípios do mesmo nome);

114 - **São José dos Pinhais:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cachoeira de São José, Campo Largo da Roseira, Colônia Murici, Borda do Campo de São Sebastião, São Marcos (Município de São José dos Pinhais) e Tijucas do Sul (Município do mesmo nome);

120 - **Teixeira Soares:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraúna (Município de Teixeira Soares) e Fernandes Pinheiro (Município do mesmo nome);

121 - **Telêmaco Borba:** Compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Imbaú (Município do mesmo nome);

128 - **Umuarama:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Eliza, Serra dos Dourados e Lovat (Município de Umuarama); Maria Helena e Carbonera (Município de Maria Helena), Ivaté e Herculanópolis (Município de Ivaté), Perobal, Vila Alta e Douradina (Municípios do mesmo nome);

134 - **Quedas do Iguaçu:** Compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Espigão Alto do Iguaçu (Município do mesmo nome);

136 - **Pinhão:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bom Retiro (Município de Pinhão), Pedro Lustosa e Reserva do Iguaçu (Município de Reserva do Iguaçu);

137 - **Guaratuba:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pedra Branca de Araraquara (Município de Guaratuba);

145 - **Almirante Tamandaré:** Compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Tranqueira (Município de Almi-

rante Tamandaré) e Campo Magro (Município do mesmo nome);

150 - **Cantagalo:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Goioxim e Pinhalzinho (Município de Goioxim) e Virmond (Município do mesmo nome);

151 - **Fazenda Rio Grande:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mandirituba, Areia Branca dos Assis (Município de Mandirituba) e Agudos do Sul (Município o mesmo nome);

152 - **Iretama:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Roncador e Alto São João (Município de Roncador);

153 - **Manoel Ribas:** Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Barra de Santa Salete (Município de Manoel Ribas), Nova Tebas e Poema (Município de Nova Tebas);

154 - **Matinhos:** Compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Pontal do Paraná (Município do mesmo nome);

155 - **Pinhais:** Compreendendo o distrito da sede;

Art. 237 - Será o seguinte o número de Juizes de Direito em cada uma das Comarcas de:

I - Londrina: 24 (vinte e quatro) Juizes de Direito;

II - Maringá: 17 (dezessete) Juizes de Direito;

III - Foz do Iguaçu: 12 (doze) Juizes de Direito;

IV - Cascavel: 10 (dez) Juizes de Direito;

V - Campo Mourão, Umuarama, Guapuvava, Paranavaí, **Paranaguá e São José dos Pinhais:** 05 (cinco) Juizes de Direito;

VI - Apucarana, Pato Branco e **Toledo:** 04 (quatro) Juizes de Direito;

VII - Cianorte, Francisco Beltrão e União da Vitória: 03 (três) Juizes de Direito;

VIII - Arapongas, Araucária, **Assaí**, Assis Chateaubriand, Cambé, Campo Largo, Capanema, Castro, Colombo, **Colorado**, Cornélio Procopio, Cruzeiro do Oeste, **Dois Vizinhos**, Goioerê, Guaíra, Ibioporã, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Marialva, Medianeira, **Nova Esperança**, Palmas, **Palotina**, Piraquara, Pitanga, **Porecatu**, Rolândia, **Santo Antonio da Platina** e Telêmaco Borba: 02 (dois) Juizes de Direito;

IX - Nas demais Comarcas: 01 (um) Juiz de Direito.

Parágrafo Único - Na enumeração supra não se acham incluídos os Juizes

de Direito Substitutos e os Juizes de Direito Auxiliares.

Art. 247 - Na Comarca de Foz do Iguaçu, a prestação jurisdicional será efetivada por juizes de:

I - 04 (quatro) Varas Cíveis, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª por distribuição;

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Foz do Iguaçu, com atribuições definidas:

I - **No Foro Judicial:**

a) 04 (quatro) Escrivanias do Cível:

b) ...

c) ...

d) ...

e) ...

f) ...

g) ...

h) ...

i) ...

j) ...

k) ...

l) ...

m) ...

II - **No Foro Extrajudicial:**

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) ...

Art. 253 - Nas Comarcas de Laranjeiras do Sul, **Colorado**, **Dois Vizinhos**, **Nova Esperança**, **Palotina** e **Santo Antonio da Platina** a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - 01 (uma) Vara Cível;

II - 01 (uma) Vara Criminal, da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá nas Comarcas de Laranjeiras do Sul, **Colorado**, **Dois Vizinhos**, **Nova Esperança**, **Palotina** e **Santo Antonio da Platina**, com atribuições definidas:

I - **No Foro Judicial:**

a) 01 (uma) Escrivania do Cível;

b) 01 (uma) Escrivania Criminal;

c) 01 (um) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) 02 (dois) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito do Fórum, exercerá por 01 (um) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e

e) 01 (um) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal;

II - No Foro Extrajudicial:

a) 1º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protestos de Títulos;

b) 01 (um) Ofício de Registro de Imóveis; e

c) 01 (um) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Art. 256 - Na Comarca de Paranaíba a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - 02 (duas) Varas Cíveis;

II - 02 (duas) Varas Criminais;

III -

I - No Foro Judicial:

a) 02 (duas) Escrivanias Cíveis;

b) 02 (duas) Escrivanias Criminais;

c) ...

d) ...

e) ...

f) 01 (um) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal;

g) ...

h) 01 (um) Auxiliar de Cartório na Vara da Infância e Juventude.

II - No Foro Extrajudicial:

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

Art. 261 - Na Comarca de São José dos Pinhais, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - ...

II - 02 (duas) Varas Criminais;

III - ...

Parágrafo Único - ...

I - No Foro Judicial:

a) ...

b) 02 (duas) Escrivanias Criminais;

c) ...

d) ...

e) ...

f) 01 (um) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal;

g) ...

h) 01 (um) Auxiliar de Cartório na Vara da infância e da Juventude;

II - No Foro Extrajudicial:

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) ...

Art. 262 - Na Comarca de Toledo a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - ...

II - ...

III - 01 (uma) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - ...

I - No Foro Judicial:

a) ...

b) ...

c) 01 (uma) Escrivania da Infância e da Juventude;

d) 01 (um) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

e) 02 (dois) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por 01 (um) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) 01 (um) Auxiliar de Cartório da Vara Criminal;

g) 01 (um) Auxiliar de Cartório na Vara da Infância e da Juventude;

h) 01 (um) Comissário de Vigilância de Menores;

II - No Foro Extrajudicial:

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) ...

f) ...

Art. 265 - Na Comarca de Assai, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - 01 (uma) Vara Cível;

II - 01 (uma) Vara Criminal, Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Assai, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) 01 (uma) Escrivania do Cível;

b) 01 (uma) Escrivania Criminal;

c) 01 (um) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) 02 (dois) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por 01 (um) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

e) 01 (um) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal;

II - No Foro Extrajudicial:

a) 1º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) 02 (dois) Ofício de Registro de Imóveis; 1º e 2º com a delimitação territorial prevista em lei anterior;

c) 01 (um) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Art. 270 - Na Comarca de Porecatu, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - 01 (uma) Vara Cível;

II - 01 (uma) Vara Criminal, da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Porecatu, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) 01 (uma) Escrivania do Cível;
b) 01 (uma) Escrivania Criminal;
c) 01 (um) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) 02 (dois) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por 01 (um) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

e) 01 (um) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal;

II - No Foro Extrajudicial:

a) 1º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) 01 (um) Ofício de Registro de Imóveis;

c) 01 (um) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas.

Art. 271 - Haverá nas demais Comarcas, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) 01 (um) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal;

II - No Foro Extrajudicial:

a) ...

b) ...

c) ...

Art. 2º - Ficam criados os cargos remunerados constantes no demonstrativo em anexo, bem como os cargos não remunerados necessários para o funcionamento das Comarcas.

Art. 3º - Ficam transformados os seguintes Distritos Judiciários: Barreirinho e Porto Santana (Comarca de Laranjeiras do Sul), em Porto Barreiro; Flor da Serra e Jardinópolis (Comarca de Medianeira) em Serranópolis do Iguaçu; Praia de Leste (Comarca de Matinhos) em Pontal do Paraná; Vila Branca (Comarca de Cerro Azul) em Doutor Ulysses.

Art. 4º - As despesas com criação de cargos e com a execução do presente Código, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.97.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO DE CRIAÇÃO DE CARGOS

remunerados pelos cofres públicos constantes neste Anteprojeto de Lei

Comarcas de entrância Final	Juiz de Direito Substituto	Juiz de Direito	Escrivão do Crime	Escrivão Infância Juventude	Oficial Justiça	Auxiliar Cartório Criminal	Aux. Cart. Infância Juventude	Comissário Vigilância Menores	Agente de Limpeza
Curitiba	7								
Foz do Iguaçu		1			2				
Comarcas de entrância Intermediária	Juiz Substituto	Juiz de Direito	Escrivão do Crime	Escrivão Infância Juventude	Oficial Justiça	Auxiliar Cartório Criminal	Aux. Cart. Infância Juventude	Comissário Vigilância Menores	Agente de Limpeza

Assaí		1			2				
Colorado		1			2				
Dois Vizinhos		1			2				
Nova Esperança		1			2				
Palotina		1			2				
Paranaguá		2	1		4	1	1		
Pinhais		1	1		2	1			1
Porecatu		1			2				
Santo Antônio da Platina		1			2				
São José dos Pinhais		1	1		2	1	1		
Toledo		1		1	2		1	1	

Comarcas de entrância inicial	Juiz Substituto	Juiz de Direito	Escrivão do Crime	Escrivão Infância Juventude	Oficial Justiça	Auxiliar Cartório Criminal	Aux. Cart. Infância Juventude	Comissário Vigilância Menores	Agente de Limpeza
-------------------------------	-----------------	-----------------	-------------------	-----------------------------	-----------------	----------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------

Cantagalo		1	1		2	1			1
Cerro Azul						1			
Fazenda Rio Grande		1	1		2	1			1
Guaratuba						1			
Iretama		1	1		2	1			1
Manoel Ribas		1	1		2	1			1
Matinhos		1	1		2	1			1
Nova Londrina						1			
Quedas do Iguaçu						1			
Santa Izabel do Ivaí						1			
Terra Rica						1			

TOTAL GERAL	7	18	8	1	38	14	3	1	6
									94

JUSTIFICATIVA:

As alterações do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, propostas neste anteprojeto, são as seguintes:

1 - Cria 7 cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância final para a Comarca de Curitiba, visando atender ao que propõe o parágrafo Único do artigo 210.

2 - Cria as Comarcas de Cantagalo, Fazenda Rio Grande, Iretama, Manoel Ribas, Matinhos e Pinhais, por se tratar de municípios que atendem os requisitos exigidos pelo Art. 203 do já mencionado Código de Organização e Divisão Judiciária.

3 - Eleva de entrância inicial para entrância intermediária as Comarcas de: Assaí, Colorado, Dois Vizinhos, Palotina e Porecatu.

4 - Cria Vara nas seguintes Comarcas: Foz do Iguaçu (01 Vara), Nova Esperança (01 Vara), Paranaguá (02 varas), Santo Antonio da Platina (01 Vara), São José dos Pinhais (01 Vara) e Toledo (01 Vara).

A urgência desse ato legislativo impõe-se para que o Poder Judiciário possa dar uma resposta mais célere e eficaz aos jurisdicionados.

O presente projeto de lei, tem por objetivo alterar o atual Código de Organização e Divisão Judiciária.

Fundamentação

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza regimental, legal ou constitucional, entendendo que o presente projeto de lei tem por motivação melhorar os serviços do Tribunal de Justiça do Estado, criando e promovendo Comarcas, Distritos Judiciários e tomando outras providências.

Conclusão

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSE TAVARES - Relator

**EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 642/97**

Inclua-se onde couber:

Artigo ... - Fica extinto o Cartório Judiciário de Guaraúna, no Município de Teixeira Soares e fica criado o Cartório Judiciário de Fernandes Pinheiro, no município de mesmo nome.

Artigo ... - Fica o atual escrivão distrital de Guaraúna, com direito à remoção para o Distrito Judiciário de Fernandes Pinheiro, que deverá se

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 642/97

P A R E C E R:

Relatório

manifestar em 30 (trinta) dias, a contar da aprovação desta lei.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamto: Luiz Claudio Romanelli, Renato Adur, Caíto Quintana e Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

O Cartório Judiciário de Guaraúna, atualmente existente na Comarca de Teixeira Soares, é deficitário. Seu movimento cartorial não chega a ser suficiente sequer para fazer face às despesas operacionais como aluguel, água, luz, impressos, livros, etc.

Trata-se de um cartório localizado em distrito com pouco mais de 15 casas de moradia, e apenas 2 estabelecimentos comerciais de secos e molhados. O seu atual Oficial, não consegue auferir renda suficiente para manutenção própria e da sua família.

Já o novo Município de Fernandes Pinheiro, é considerado zona industrial, conta com aproximadamente 800 casas de moradia, com ruas principais e secundárias movimentadas. Possui aproximadamente 1.500 eleitores, conta com indústrias de cerâmica e de erva-mate, onde se destaca a Leão Júnior S/A. Possui um farto comércio, composto de aproximadamente 20 estabelecimentos, contando com farmácia, pronto socorro médico, supermercado e armazéns de secos e molhados, além de lanchonetes e restaurantes.

Fernandes Pinheiro conta com uma estrutura educacional de escolas de 1ª a 4ª séries do 1º grau, bem como escola estadual de 5ª a 8ª séries do 1º grau, com quadras esportivas.

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 642/97

Inclua-se onde couber:

Artigo ... - Fica criada a Comarca de Entrância Inicial em Inácio Martins, com seus respectivos cargos.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamto: Luiz Claudio Romanelli, Caíto Quintana, Renato Adur e Nereu Moura.

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 642/97

Inclua-se onde couber:

Artigo ... - Fica criada mais uma Escrivania Criminal em Irati.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamto: Luiz Claudio Romanelli, Renato Adur, Caíto Quintana e Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

A Comarca de Irati atende, na área judiciária, o Município de Inácio Martins.

A criação de mais uma Escrivania Criminal, vem de encontro com as necessidades, que poderão ser facilmente comprovadas pela Comissão de Organização e Divisão Judiciária.

O propósito desta Emenda, é reparar as deficiências existentes no setor e propiciar celeridade aos processos, sob pena de descrédito da Justiça paranaense.

Há vários anos não se cria nenhuma Vara e Comarca no Estado do Paraná e o volume dos processos vem crescendo e ficando durante muito tempo no aguardo da prestação jurisdicional. A comunidade clama pelo fim da impunidade.

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 642/97

Emenda ao Projeto de Lei nº 642/97, que altera os dispositivos que especifica a Lei nº 7297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná) e adota outras providências.

a) Altera o Art. 211, incluindo no item 27, o nome do Município de São Jorge do Oeste, retirando-o do item 40.

b) Inclui no item 88, o nome do Município de Verê, retirando-o do item 40.

c) Inclui no item III do Art. 209, o Município de Roncador, na entrada inicial.

d) Inclui no Art. 209, Como Entrada Final, o Município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoiamto: Remy Borsatto, Edson Silva Lino, César Seleme, Ricardo Chab, Edgar Bueno, Élio Rusch, Plauto Miró Guimarães, Edno Guimarães, Albanor Gomes e 01 ilegível.

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 642/97

Inclua-se, onde couber:

No foro extrajudicial da Comarca de Ortigueira, o seguinte:

- O Ofício de Registro de Imóveis fica anexado ao Ofício de Registro Civil, de Nascimento, Casamento e Óbitos.

Sala das Sessões, em 19.11.97.

(a) EDUARDO TREVISAN

Apoiamto: Nelson Garcia, José Tavares, Joel Coimbra, Basílio Zanuso e Luiz Carlos Alborghetti.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/95, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, regulamentando o parágrafo único do Art. 190, da Constituição Estadual, criando o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.E.C.E.. (Publ. no D.A. nº 62, de 05.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 205/97

P A R E C E R:

O plano de lei em exame, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, institui o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, regulamentando o parágrafo único do Art. 190 da Constituição Estadual, criando o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural.

Dispõe o artigo 215, "caput", da Constituição Federal, que "o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais".

A Constituição Estadual, em consonância com esse dispositivo da Carta Magna, prescreve em seu artigo 190 que "a cultura, direito de todo e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida, preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa".

O autor da matéria em epígrafe, portanto, pretende instituir "incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais", conforme autoriza o § 3º do artigo 216, da Constituição Federal, porque as graves dificuldades que entravam o desenvolvimento do país, também dificultam a produção cultural.

Em face ao exposto, tendo em vista tratar-se de matéria constitucional, legal e redigida nos termos da técnica legislativa, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 205/95.

Sala das Comissões, em 27.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 205/95

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Ângelo Vanhoni, chega a esta Comissão de

Finanças o projeto de lei supra citado, que visa instituir o Programa Estadual de Incentivo à Cultura.

Este projeto regulamenta o artigo 190 da Constituição Estadual, criando o Conselho Estadual do Desenvolvimento Cultural; este artigo relaciona-se diretamente com os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, não apresentando o presente projeto nenhuma incompatibilidade com estes dispositivos legais.

Tendo sido submetido a apreciação da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, não vislumbramos nenhum óbice à sua tramitação, tendo em vista que determina a procedência dos recursos detalhadamente, prevendo inclusive sua consignação no Orçamento do Estado.

Desta forma, opinamos pela normal tramitação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 205/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, cuja autoria é do nobre Deputado Ângelo Vanhoni, tem por objetivo instituir o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, e ao regulamentar o artigo 190 da Constituição Estadual, criará o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural.

Foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável.

Igualmente, recebeu parecer favorável da Comissão de Finanças, ao ser por ela analisado.

Esta Comissão entende que devam ser garantidas e preservadas as leis que visem proteger e incentivar a "produção e o conhecimento de bens e valores culturais", sendo portanto favorável à tramitação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.95.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 06 (seis) Sessões do Projeto de Lei nº 205/95, constante da Ordem do Dia da presente

Sessão. **Aprovado.** Fica portanto, adiadada a discussão do Projeto de Lei nº 205/95 por 06 (seis) Sessões.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 578/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança e Bem Estar Social de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 574/97, de autoria do Deputado Dúlio Genari, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Saúde Céu Azul - FUSCA, com sede e foro na Cidade de Céu Azul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Rocio I, do Município de Palmeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 559/97, de autoria do Deputado Horácio Rodrigues, que declara de Utilidade Pública o Instituto Dr. Elias Abrão, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural e Educacional Luzamor de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 539/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que estabelece exigência para o ingresso nas carreiras de Escrivão de Polícia e Investigador de Polícia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

O projeto foi retirado da Ordem do Dia.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 267/97, de autoria do Deputado Ri-

cardo Chab, que unifica a Central de Atendimento Telefônico de Emergências de 03 (três) dígitos do Estado, no número 190. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 267/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica unificada a Central de Atendimento Telefônico de Emergências de 03 dígitos do Estado do Paraná, no número 190.

Art. 2º - Ao Poder Executivo caberá a regulamentação da presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06.11.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2805 a 2808, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2809, de autoria do Sr. Deputado Júlio Ando, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2810 e 2811, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2813 a 2818, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2819, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2821, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2822, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2826 a 2829 e 2831 a 2833, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2841, 2842 e 2844, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente.

te. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2843, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2845 a 2849, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2850, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2851, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, com apoio dos Srs. Deputados Caíto Quintana e Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2853, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2855 a 2858, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2838, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, acho que este artigo do jornalista Carlos Nasser, sobre Vossa Excelência, não poderia passar sem constar dos Anais desta Casa, porque retrata fielmente o estilo de política que Vossa Excelência faz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - **Aprovado,** com o meu voto contrário.

Requerimento nº 2820, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. PÉRICLES MELLO (Questão de Ordem) - Sr. Presidente, me desculpe, mas quando o requerimento entra em discussão, o líder não tem que pedir para ser votado amanhã o requerimento? Não pude nem debater o requerimento, porque pensei que ia ser transferido para amanhã, que ele ia pedir para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento foi rejeitado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de colocar os documentos que fazem parte do teor do requerimento à disposição do Deputado, na Secretaria. Isso já falei pessoalmente ao Deputado, é um volume enorme de documentos e o Secretário de Transportes está à disposição para mostrar, no momento que o Deputado quiser ir à Secretaria.

O SR. PÉRICLES MELLO - Gostaria de explicar ao Deputado Rossoni, este requerimento é diferente do outro. O outro pedia cópia do edital e o orçamento das obras. Nesse, peço a cópia do contrato. O contrato foi assinado recentemente.

O senhor garante que vou ter a cópia do contrato com o Secretário?

O SR. VALDIR ROSSONI - A nossa posição é a mesma, está à disposição, nas mãos do Secretário de Transportes.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, creio que esta questão que o Deputado Péricles levantou aqui, e vi que o Deputado Rossoni tem boa vontade, gostaria muito de conhecer, em profundidade, e acho que é indispensável que nós Parlamentares, tomemos conhecimento desse programa das privatizações e concessão do serviço público, das estradas, das rodovias paranaenses, porque todas elas terão pedágio, os custos serão elevados para a sociedade paranaense.

E sem entrar no mérito se é bom ou se é ruim, e a privatização, acho que seria fundamental que esta Casa convidasse o Secretário dos Transportes para que viesse aqui, fazer uma exposição desse programa, para que pudéssemos tomar conhecimento desses mecanismos que até agora, infelizmente, só os empreiteiros tomaram conhecimento, até porque me parece que o Governador proibiu que os Parlamentares ficassem perto dos empreiteiros, que aliás, foi uma boa medida do Governador Jaime Lerner.

Mas, creio que seria fundamental que pudéssemos ter aqui a visita do Secretário Heinz, que é uma pessoa extremamente inteligente, para que ele pudesse fazer uma exposição a todos nós, do programa de privatização das rodovias paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando

outra para quinta-feira, dia 20, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 052, 551, 575, 589, 590, 606, 607, 611, 612 e 618/97.

Marco ainda, uma Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Sr. Leopoldo Scherner.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO DOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 1997.

"Anibal que Conheço"

Carlos Nasser

Meu amigo Anibal Khury foi festejado nos jornais por completar cinquenta anos de política. Ledo engano, celebraram errado, completou cinquenta anos d inteligência. De política, conheço vários com mais tempo, alguns sem nenhum momento de lucidez e de brilho.

Convivo com Anibal na intimidade, somos amigos à moda libanesa, confraternizando sem a necessidade de festas ou celebrações. Nas alegrias e nas tristezas. Ele foi a primeira pessoa que chegou quando perdi minha mãe, e foi o primeiro amigo no hospital, quando estava na UTI. Como eu fui o único a visitá-lo no quartel do Boqueirão, quando estava injustamente preso, após ter sido cassado. Fui sozinho, naquela época, solidariedade era coisa rara. Depois, fizemos juntos varias campanhas políticas, inclusive dobramos como candidatos a deputados. Sua palavra tem valor definitivo, honra o que fala. Mas, nem sempre estivemos do mesmo lado político, fomos adversários sem perder o respeito, sem

romper as regras da civilidade. Hoje novamente estamos de lados opostos, continuamos a conversar. Freqüento sua casa nos fins de semana, tomando o generoso café de D. Niva, sua companheira irremovível na solidariedade. Nossa amizade é como um jogo de xadrez, um exercício de raciocínios políticos, de jogadas sequenciais.

Entre nós, há um respeito pela estratégia e pela postura tática. Uma compreensão nas intenções que escapa ao político comum e transcende o cotidiano geral.

Minha admiração no Anibal é pelo seu poder de análise do ser humano, ele radiografa a alma e dá o seu prognóstico do personagem em questão. A partir daí não tem erro na avaliação política, pois sintetizou a postura ética, a competência e a maneira de agir. O resto é previsível. "Naninho, cuidado, você está lidando com amadores", acertou em cheio, me retirei em tempo, um pouco chamuscado. "Naninho, caia fora, este pessoal se vende por 10 centavos", de novo acertou no alvo. O radialista mudou de partido no dia seguinte.

A outra virtude básica (que eu jamais terei) é a paciência infinita com o próximo. Importante ou não, Anibal ouve e aconselha milhares de pessoas, ajudando com seus conselhos, a resolver até brigas de família. Brinco que ele poderia ter um programa de rádio "O guru responde". O título de guru é meu, foi dado quando, junto com o Dr. Francisco Cunha Pereira, o convidamos para analisar as eleições de 78 na Televisão Paranaense, o que fez com brilho e certeza, mesmo estando cassado politicamente. Gesto corajoso de Dr. Francisco, coisa difícil na época. O guru deu a volta por cima, recuperou seus direitos e voltou vitorioso para não mais sair do poder. Hoje não contam suas reeleições, contam seus admiradores e as homenagens que recebe. Um tributo a quem levou a vida com um sorriso constante, com o bom humor da sabedoria.

Esta é uma crônica verdadeira, gratuita, de quem está na oposição e se prepara para um novo combate. É o único que tem direito ao elogio real, o adversário.